

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras
Centro de Estudo da População
(CEP)**

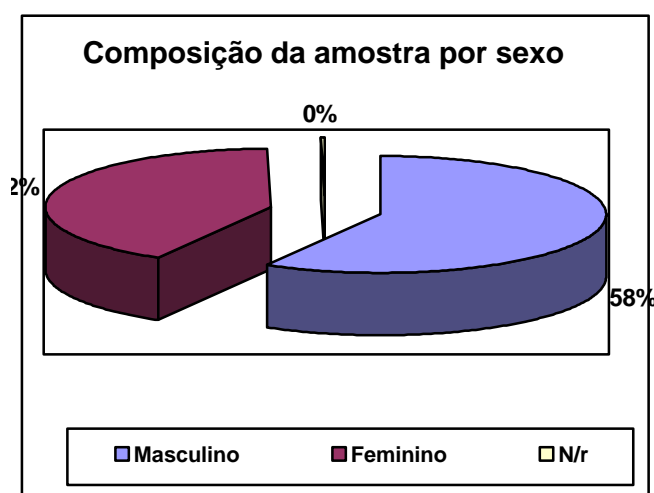
**Projecto:
Strategic Planning for the PRM**

**Análise dos resultados do inquérito externo
2002**

Inquérito Externo

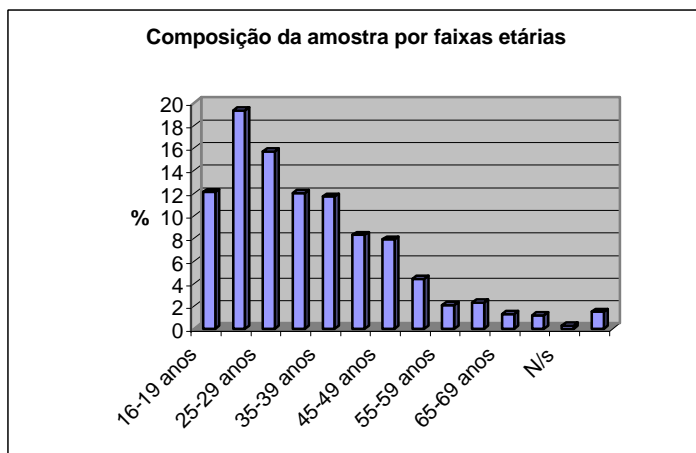
CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

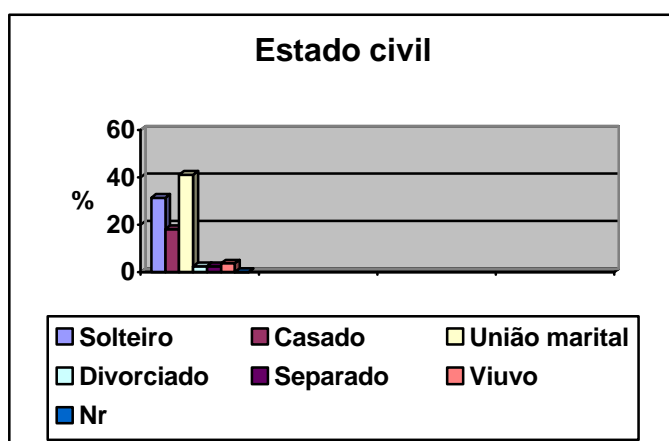
Foram inquiridos 2874 indivíduos, dos quais apenas 4 (quatro) se recusaram ou não puderam participar no inquérito. De entre os que aceitaram participar, também apenas 1,3% reconheceu que a sua motivação era má. A boa motivação para participar comprova-se também pelo facto de, para a maioria dos inquiridos (90,4%), ter sido necessária apenas uma visita para se efectuar a entrevista. No total, 2856 inquéritos (99,4% do total dos inquiridos) foram considerados válidos para o processamento dos seus dados.



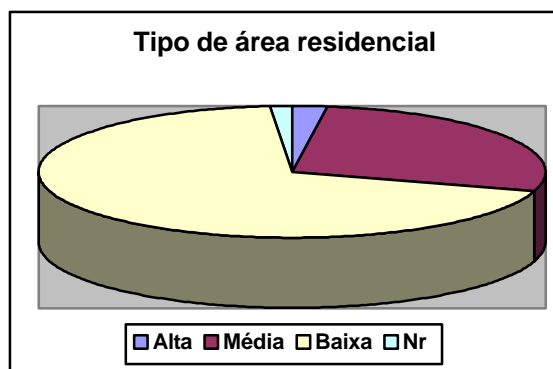
A composição social da amostra é heterogénea, procurando representar a diversidade da população moçambicana. Assim, foram inquiridos indivíduos de ambos os sexos, sendo 58,2% do sexo masculino e 41,6% do sexo feminino, com mais de 15 anos, cobrindo uma diversidade de faixas etárias

Todos os inquiridos são maiores de 15 anos, distribuindo-se pelas diferentes faixas etárias do seguinte modo:

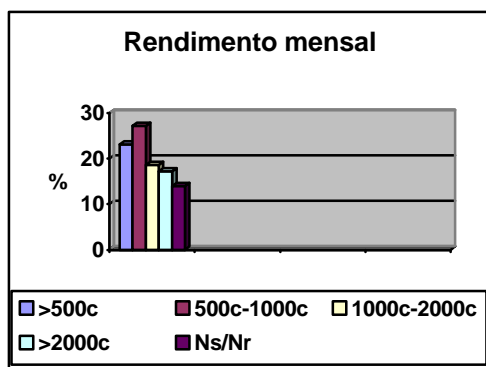




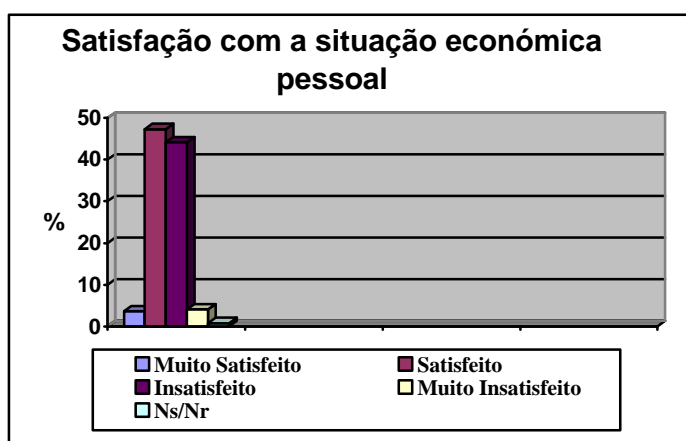
A maioria dos inquiridos (59,4% do total da amostra) é casada oficialmente (18,2%) ou vive maritalmente (41,2%). Os inquiridos no estado civil de solteiros representam 31,5% do total dos inquiridos.



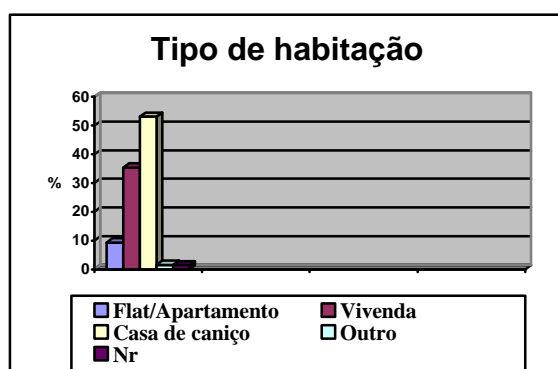
Os inquiridos representam os diferentes estratos sociais, embora com predominância dos pertencentes às camadas mais desfavorecidas, como reflexo da situação sócio-económica do país. Tal facto pode ser constatado através de diferentes indicadores, como tipo de área residencial, rendimento, nível de escolaridade, ou grupo religioso. Assim, maioria dos inquiridos é da classe baixa (68,7%). Apenas 2,2% e 27,6% dos inquiridos podem ser considerados como pertencentes às classes alta e média, respectivamente. Os dados sobre os rendimentos reflectem a mesma situação.



Metade dos inquiridos reconheceu ter rendimentos abaixo de 2000 contos (Dois milhões de meticais) e apenas 17,2% declarou que possuía rendimentos de 2000 contos ou mais.

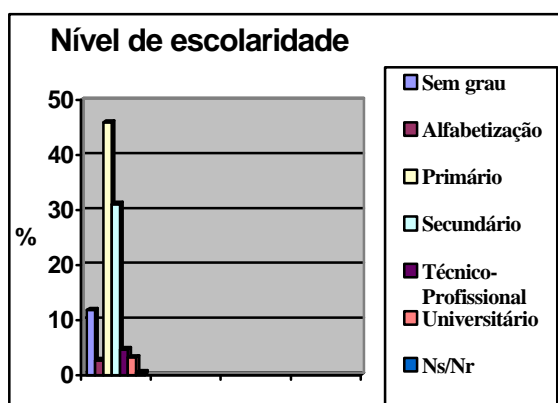


Mesmo assim, nota-se que metade dos inquiridos (50,9%) está satisfeita com a sua situação económica, embora uma parte significativa dos inquiridos (48,3%) tivesse manifestado uma opinião contrária.



Quanto ao tipo de habitação, verificou-se que a maioria dos inquiridos (52,4%) vive em casas construídas em material precário, genericamente designadas no inquérito por casas de caniço, contra 9,3% que vivem em flats/apartamentos ou 35,4% que vivem em vivendas (entre as vivendas incluem-se casas de alvenaria, mesmo que se situem em zonas em que predominam casas de caniço).

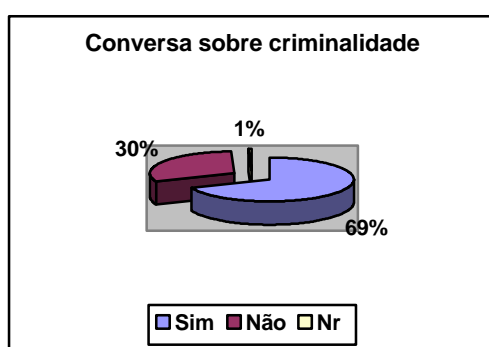
A maioria dos inquiridos (51,9%) declarou que vivia na zona em que se situa a sua habitação há mais de 10 anos, o que pode ser interpretado como um indício de estabilidade de padrão/estilo de vida, o que também pode indicar estabilidade na situação sócio-económica dos inquiridos



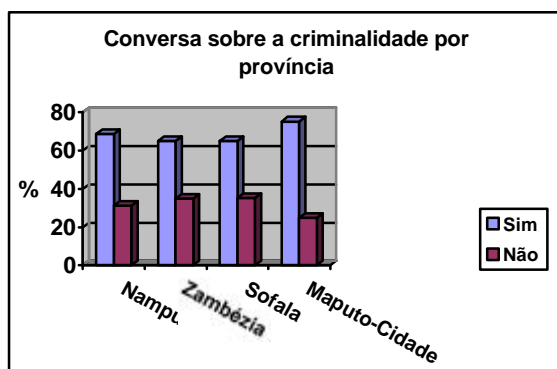
O nível de escolarização da maioria dos inquiridos é baixo. Do universo total, 60,5% dos inquiridos não passaram do ensino primário, ou seja, não têm nenhum grau (11,8%), frequentaram/concluíram a alfabetização (2,7%) ou frequentaram/concluíram o ensino primário (45,9%). Apenas 39,0% dos inquiridos declararam que tinham atingido um nível de ensino pós-primário e, de entre estes, apenas 8,3% frequentaram o ensino universitário.

Uma grande diversidade de confissões religiosas foi indicada pelos inquiridos. As igrejas católica e protestante são as mais representadas. O islamismo também tem muitos aderentes.

3. PERCEPÇÕES DOS INQUIRIDOS SOBRE A CRIMINALIDADE

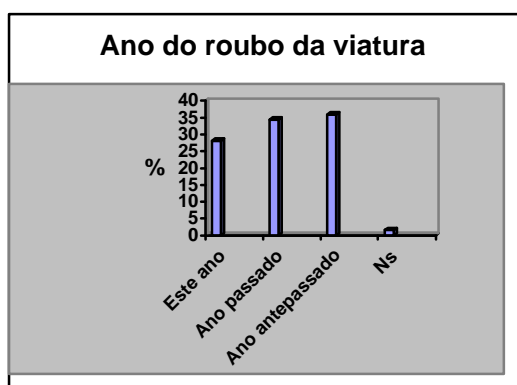


A criminalidade, nas suas diferentes formas tem afectado a vida das comunidades. Por este motivo, nos últimos dias o problema da criminalidade tem sido tema de conversa. Com efeito, a maioria dos inquiridos (69,3%) afirmou que tem falado do problema da criminalidade que afecta a sua comunidade ou cidade/bairro/área/zona. Uma tendência similar é visível também ao nível das províncias consideradas.



De entre os diversos crimes de que se fala, incluem-se roubos e vandalismo de viaturas, bicicletas, e motorizadas, roubo de animais, invasão ao domicílio, roubo de bens pessoais, ofensas sexuais, assaltos e ameaças, fraude ao consumidor e corrupção.

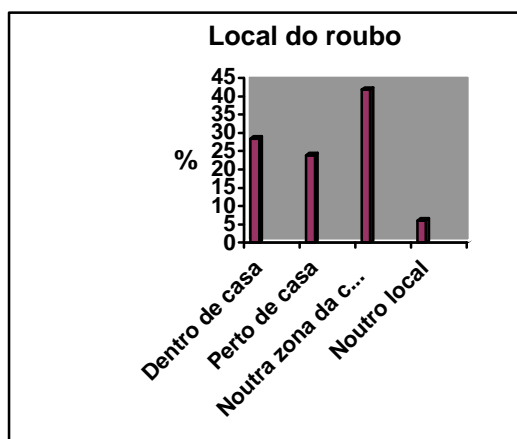
Roubo de viaturas



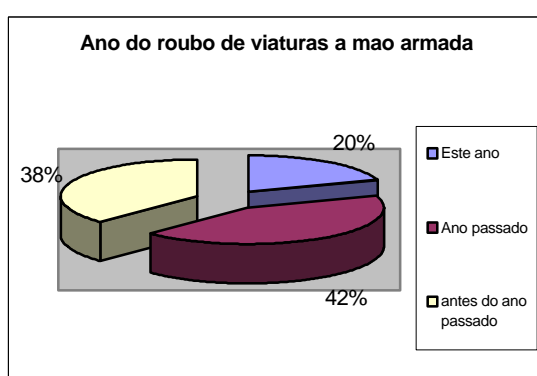
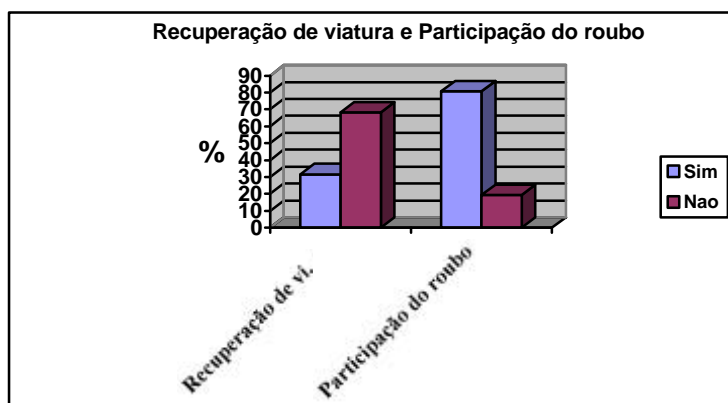
Segundo os dados do inquérito, uma pequena minoria é que possui uma viatura. De entre os que a têm, a maioria possui apenas uma única. No inquérito, apenas 16,5% dos inquiridos admitiram possuir viaturas.

No universo dos inquiridos que possuem uma viatura, apenas uma minoria (13,8%) é que foi vítima de roubo de viatura. Note-se, contudo, que a maioria dos roubos de viaturas ocorre na cidade de Maputo. Com efeito, 76,5% dos inquiridos que admitiram que foram vítimas de roubo de viatura são da cidade de Maputo. Por esta razão é insignificante a análise provincial dos dados sobre o roubo de viaturas. A maioria dos roubos ocorreu nos anos anteriores, ou seja, 34,4% no ano passado e 35,9% no antepassado. A maior incidência de roubos de viaturas verificou-se na cidade de Maputo.

De entre os que aconteceram no ano passado (2001), na maioria dos casos (81,8%) a vítima sofreu o roubo uma única vez.

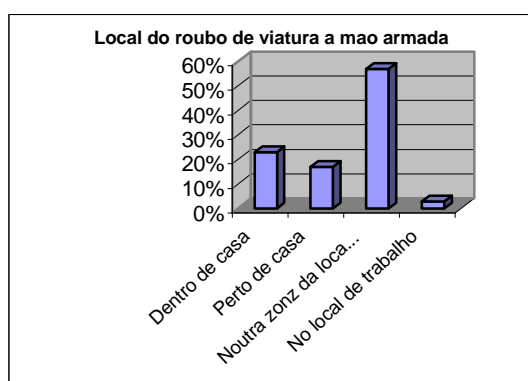


A maior parte dos roubos de viaturas nos últimos cinco anos, ocorreu noutra zona da cidade/localidade (41,8%), embora haja índices significativos de inquiridos que disseram que o crime teria ocorrido dentro ou perto da casa (52,3%). A análise a nível provincial não é relevante, uma vez que a grande maioria dos casos ocorreu na cidade de Maputo (76,1%). Na sua maioria (68,3%), as vítimas não conseguiram recuperar o carro roubado na última vez que o roubo aconteceu, apesar de a maioria das vítimas ter reportado o caso à polícia. De facto, 80,6% dos inquiridos que foram vítimas de roubo de carro participaram o crime à polícia. Isto significa que para este tipo de crime existe um alto índice de participação



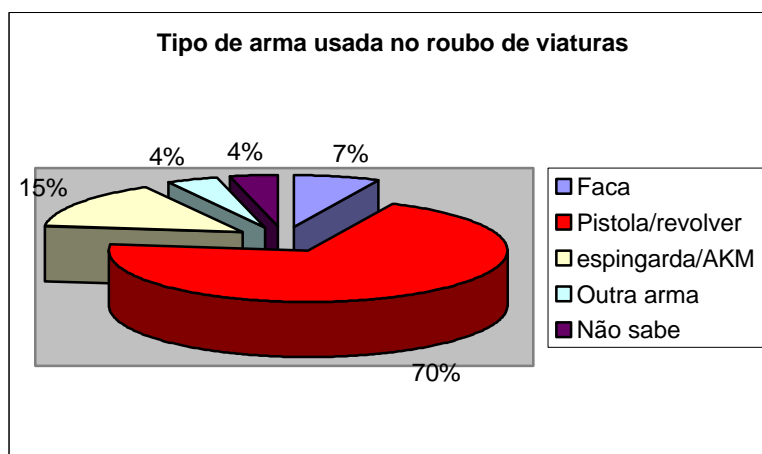
Roubo de viaturas à mão armada

No universo total do inquirido, as vítimas de roubo de viaturas à mão armada correspondem a 6,4% dos inquiridos. A maioria dos casos de roubos à mão armada (80,0%) teve lugar nos anos anteriores, ou seja, 43,3% no ano passado e 36,7% no antepassado. De entre os que aconteceram no ano passado (2001), na maioria dos casos (76,9%) a vítima sofreu o roubo uma única vez.

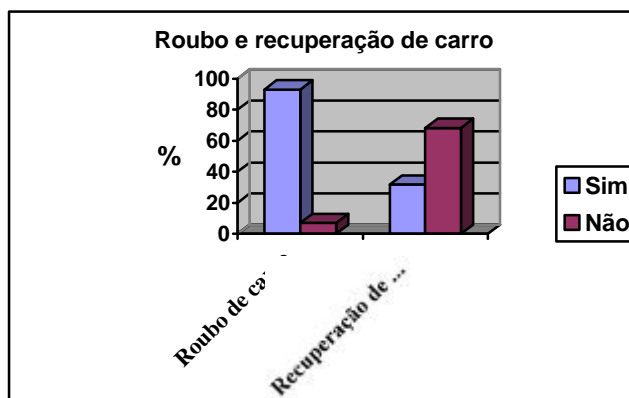
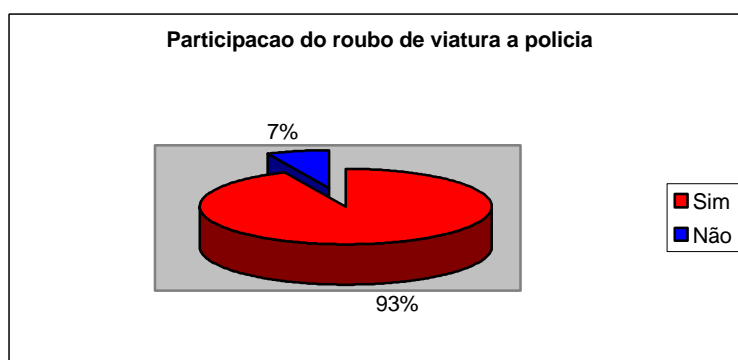


Uma parte significativa das vítimas inquiridas (41,8%) afirmou que o roubo de viaturas à mão armada aconteceu noutra zona da cidade ou localidade, embora haja uma proporção considerável de inquiridos que declararam que o roubo ocorreu dentro (28,4%) ou perto de casa (23,9%).

Na maioria dos casos (86,7%), esse tipo de roubos, envolveu dois ou mais ladrões. Estes ladrões não eram conhecidos pela maioria das vítimas.



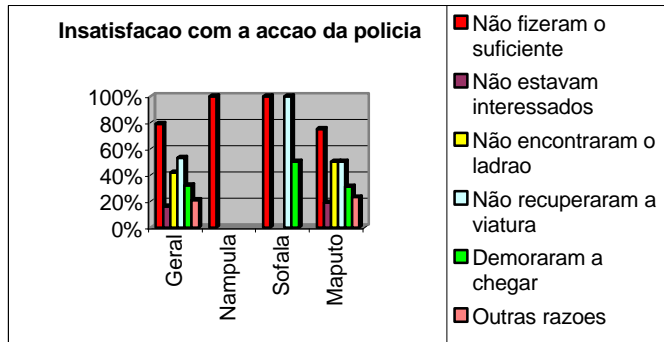
Muitas vítimas inquiridas (90,0%) reconheceram que os ladrões tinham uma arma no momento do roubo. Frequentemente, foram usadas armas de fogo (85,2%). As armas foram efectivamente usadas em 48,1% dos casos



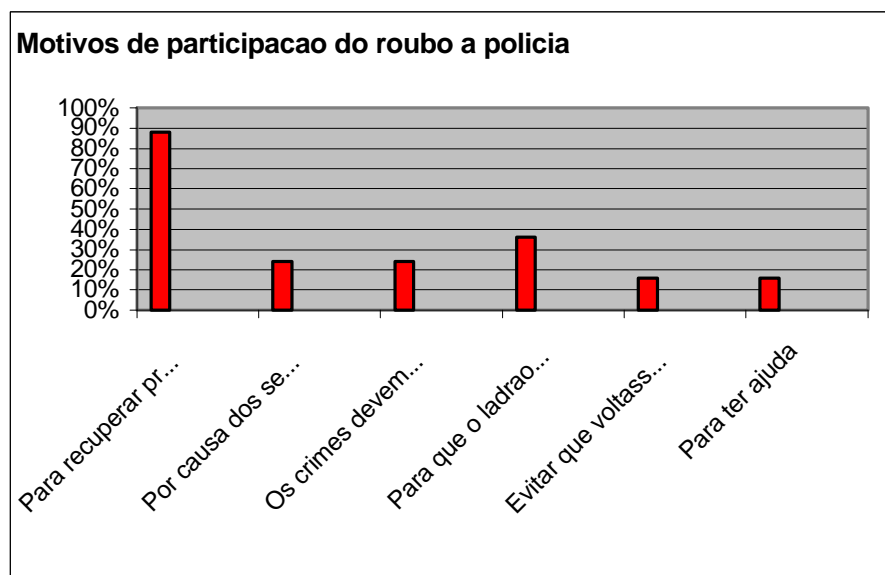
Na maior parte dos casos (92,9%), os carros chegaram a ser efectivamente roubados e não foram recuperadas. Segundo 65,4% das vítimas, as viaturas não chegaram a ser recuperadas. A maioria das vítimas inquiridas (64,3%), afirmou que, durante os roubos à mão armada, não chegaram a ficar feridas. Contudo, note-se que uma porção significativa das vítimas (35,7%), afirmou que chegou a ficar ferida.

A maioria das vítimas (92,9%) participou o roubo à polícia.

A maioria das vítimas que participou o roubo à mão armada da sua viatura à polícia



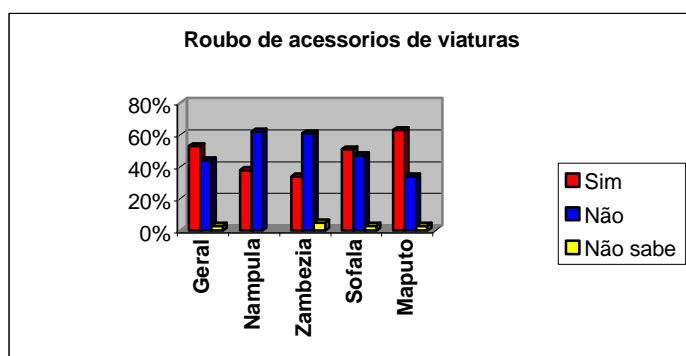
70,4% dos inquiridos que participaram o caso à polícia não ficaram satisfeitos com a forma como a polícia lidou com a situação. De entre os motivos invocados, salienta-se o facto de a polícia não ter feito o suficiente (78,9%), e também o facto de a polícia não ter recuperado a viatura roubada (52,6%). A maioria das vítimas inquiridas (80%), não reportou o roubo das suas viaturas à outras instituições públicas ou privadas, por exemplo, agências privadas de segurança, guardas de casas, etc.. Esta atitude foi também partilhada pela maioria desses inquiridos (83,9%), em relação à instituições especializadas de ajuda a vítimas de crime que dão informações ou apoio em questões práticas ou emocionais, apesar de a maior parte dos inquiridos que foram vítimas de roubo de viatura (60%) achar que os serviços de uma instituição especializada na ajuda às vítimas teriam sido úteis.



A maior parte dos inquiridos (93,3%) achou que o roubo de viaturas à mão armada era grave ou muito grave. Todas as vítimas consideraram que roubo de viaturas à mão armada constituía um crime.

Na maior parte dos assaltos, segundo 56,7% das vítimas, os ladrões nunca agiram sozinhos. No geral, os roubos foram efectuados por grupos de ladrões constituídos por três ou mais indivíduos. Em muitos casos de roubo de viaturas à mão armada, os ladrões nunca chegaram a ser conhecidos (86,7%). Apenas 6,7% das vítimas admitiram que os conhecia de vista.

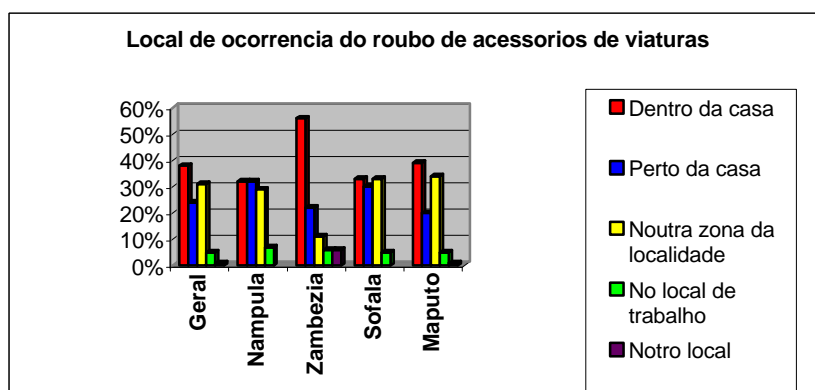
Vítimas de roubo de acessórios de viaturas



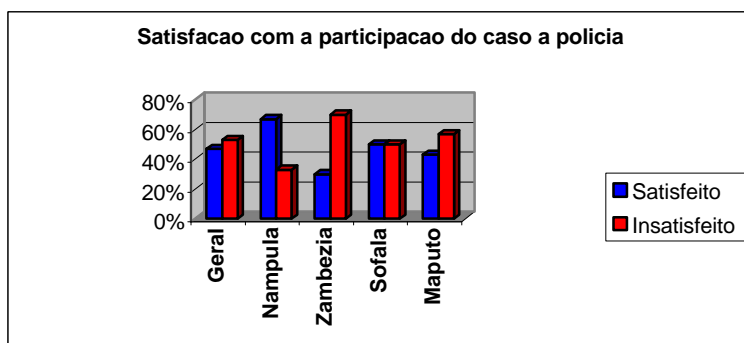
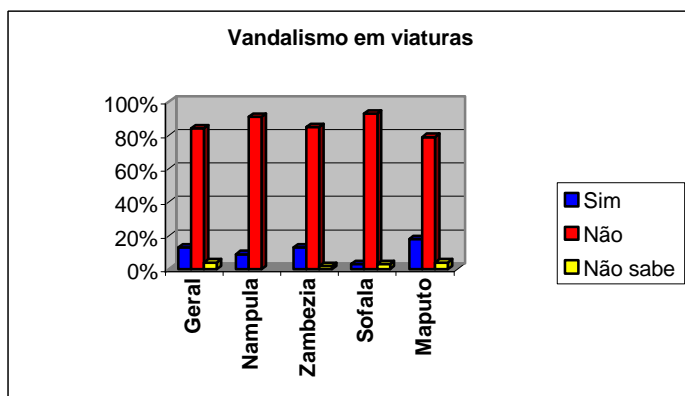
No universo dos inquiridos que possuem uma viatura, 53,3% foram vítimas de roubo de acessórios. Os índices mais elevados registam-se na Cidade de Maputo, onde 63,1% dos que possuem uma viatura admitiram que foram vítimas de roubo de acessórios.

Grande parte de roubos de acessórios ocorreu no ano de 2002 (42,5%), contra 30,4% em 2001 e 25,9% em 2000. Há um aumento gradual de casos de roubos de acessórios de ano para ano.

De entre os que aconteceram no ano passado (2001), na maioria dos casos (81,8%) a vítima sofreu o roubo uma única vez. Em alguns casos, esses roubos repetiram-se por duas vezes (29,9%).



Muitas vítimas (62,8%) afirmaram que, durante o ano passado (2001), a maioria dos roubos de acessórios ocorreu nas imediações da casa, isto é, dentro (38,3%) e perto de suas casas (23,5%). Contudo, 31,3% dos inquiridos afirmaram que esses roubos aconteceram também noutras zonas da cidade ou localidade.



Na sua maioria (74,8%), as vítimas não chegaram a participar o roubo à polícia, tendo sido a Cidade de Maputo a que registou o maior numero de casos de não participação (85,1%). Os que participaram o caso a polícia fizeram-no principalmente com a intenção, de recuperar os acessórios roubados (81%). Entre as vítimas que participaram o roubo de acessórios, 52,6% não ficaram satisfeitas com a forma como a polícia lidou com a situação.

O motivo mais importante de insatisfação com a acção da polícia no roubo de acessórios de viaturas relaciona-se com o facto de a polícia não ter feito o suficiente (62,1%).

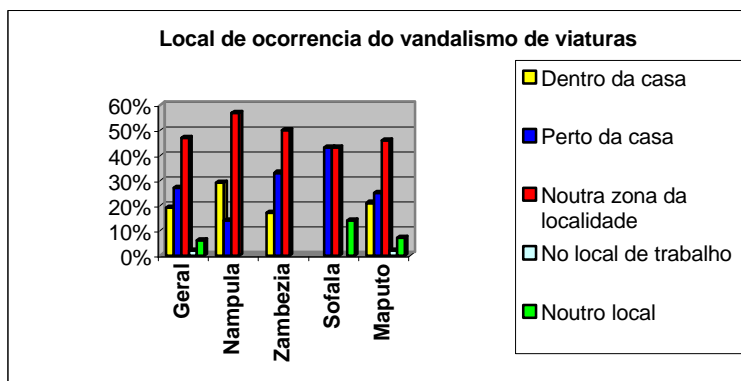
A maior parte das vítimas não participou o roubo à polícia, porque, de entre outras razões, a polícia não podia fazer nada (46,2%), a polícia não faria nada (33,5%), e o crime não foi suficientemente grave (20,8%).

Grande parte das vítimas inquiridas (91,7%) não chegaram a reportar o roubo de acessórios de suas viaturas a outras instituições públicas ou privadas, como agências privadas de segurança, guardas de casas, etc. Contudo, 62% dos inquiridos consideraram o roubo de acessórios de viaturas de grave ou muito grave.

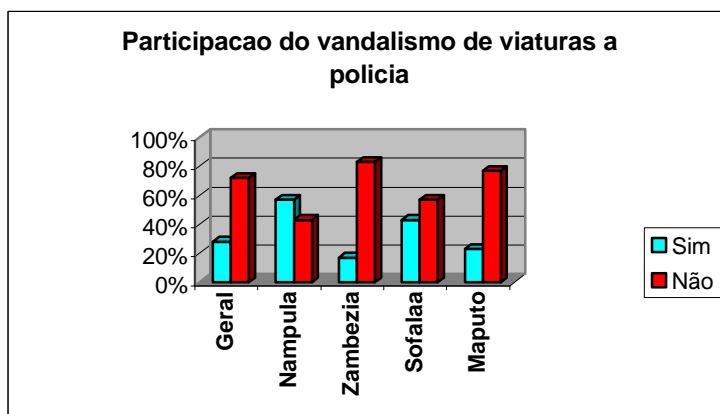
Vítimas de vandalismo no carro

No universo dos inquiridos que possuem uma viatura, apenas uma minoria (13,0%) é que foi vítima de vandalismo, sendo a Cidade de Maputo a que mais se destacou (com 17,6%).

Grande parte das acções de vandalismo ocorreu no ano de 2002 (47,5%).



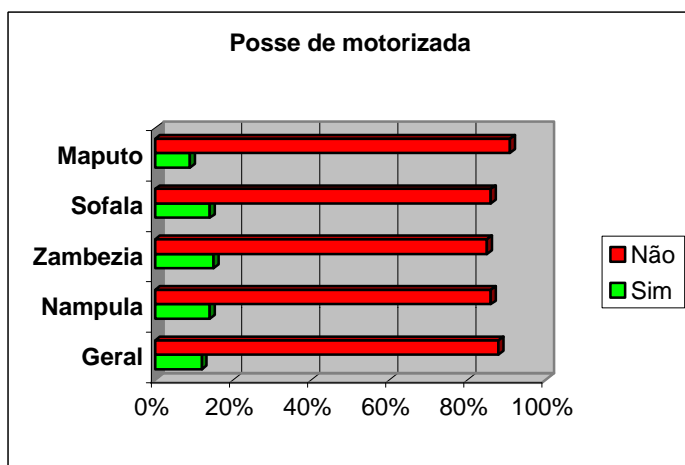
Na maior parte dos casos que aconteceram no ano passado (2001), as acções de vandalismo ocorreram uma única vez (58,8%)



Da última vez que os inquiridos foram vítimas de vandalismo nos seus carros, isso aconteceu, na maior parte dos casos, tanto dentro e perto de suas casas (45,4%) bem como noutras zonas da cidade ou localidade (46,9%). A maior parte das vítimas desse vandalismo (71,9%) não chegou a participar o incidente à polícia da última vez que isso aconteceu.

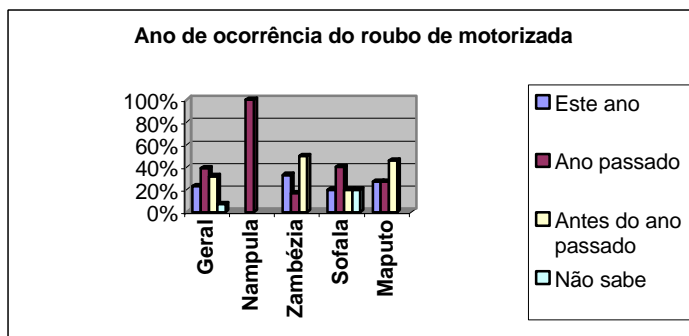
Para a maioria das vítimas (59,4%), esse vandalismo foi considerado grave ou muito grave.

Vítimas de roubo de motorizada

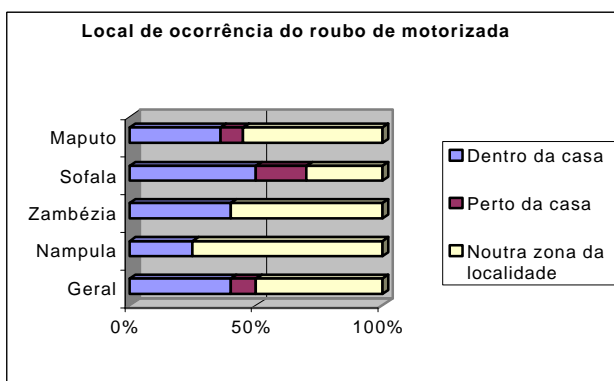


No universo total dos inquiridos, 12,4% afirmaram que possuíam uma motorizada. A maior parte delas estão distribuídas de uma forma quase equitativa pelas províncias da

Zambézia (14,9%), Nampula (14,2%) e Sofala (13,6%). Dos que disseram que tinham uma motorizada, a grande maioria (80,2%) declarou que possuía uma única.

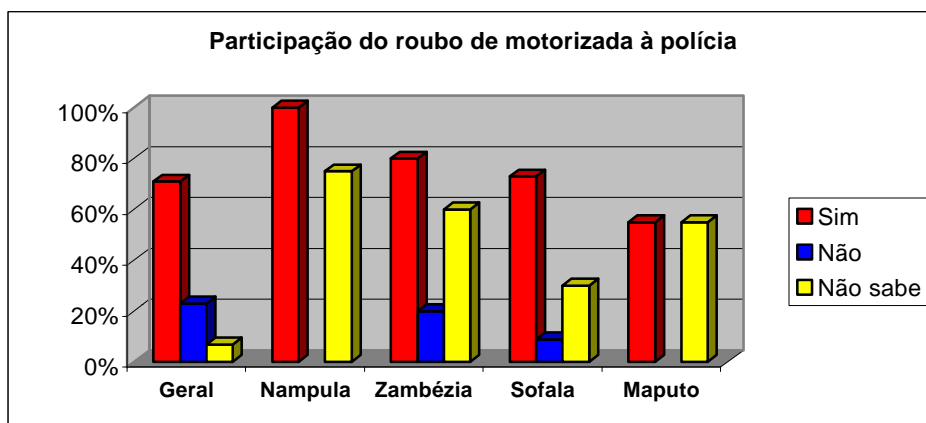


Entre os possuidores de motorizada, 8,5% foram vítimas de roubo. A maioria dos casos de roubo (71%) teve lugar nos anos anteriores, ou seja, 38,7% no ano passado e 32,3% no antepassado. De entre os que aconteceram no ano passado (2001), em todos os casos, o roubo ocorreu uma única vez.



Segundo o inquérito, metade das vítimas admitiu que, da última vez que o roubo de motorizada aconteceu, o caso ocorreu noutras zonas da cidade ou localidade. A outra metade disse que foi dentro ou perto de suas casas.

Estes dados permitem observar que o roubo de motorizadas foi quase de igual intensidade, quer dentro e nas proximidades da casa das vítimas, quer noutros locais da cidade ou localidade. Segundo os inquiridos, o roubo de motorizadas aconteceu uma única vez.

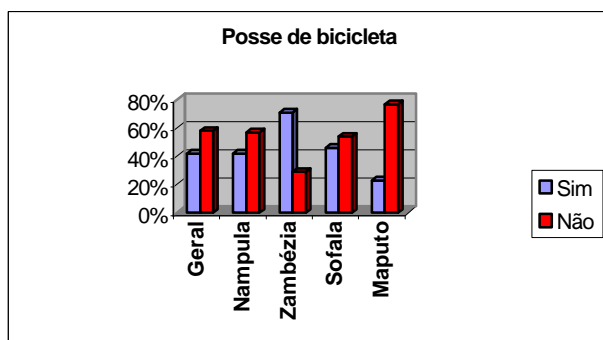


de parte dos roubos de motorizadas (71,0%) foi participada à polícia.

Para 93,6% das vítimas, o roubo foi grave ou muito grave.

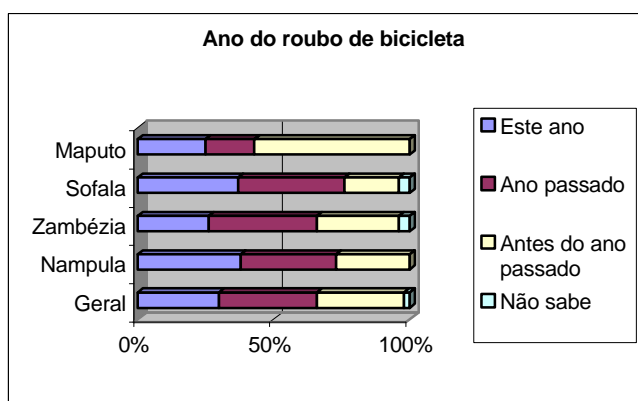
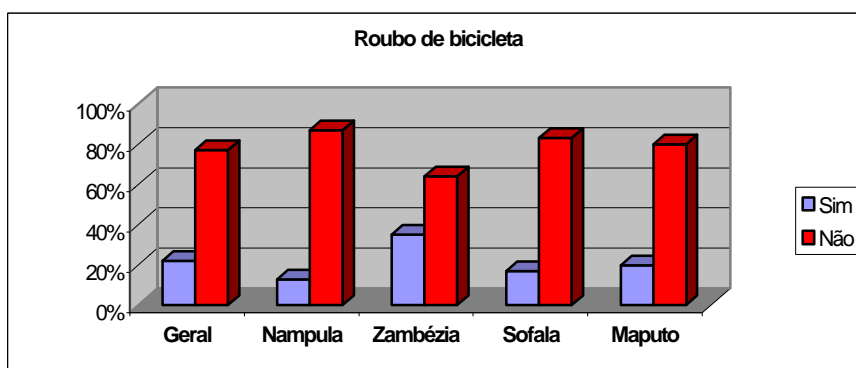
Gran

Vítimas de roubo de bicicleta



No universo total dos inquiridos, 42% afirmaram que possuíam uma bicicleta. Dos que disseram que tinham uma bicicleta, 56,7% declararam que possuíam uma única, destacando-se um certo equilíbrio nas províncias de Sofala e Nampula (com 62,9% e 62,7% respectivamente).

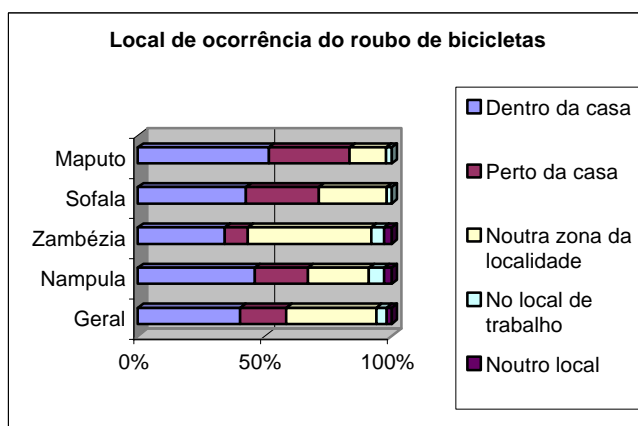
Entre os possuidores de bicicleta, 22,2% foram vítimas de roubo, particularmente na província da Zambézia com 35,2%.



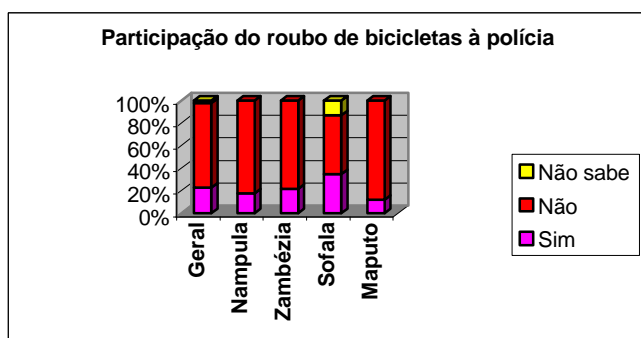
Segundo os inquiridos, os casos de roubo de bicicletas revelaram-se equilibrados, tendo se repartido entre este ano (30,4%), com maior incidência para a província de Nampula com 38,2%, o ano passado (35,8%), no qual se destacou a província da Zambézia com 40,6%, e antepassado (32,3%), com maior evidencia de casos para a província de Maputo com 56,8%.

De entre os roubos de bicicleta que aconteceram no ano passado (2001), na maioria dos casos (69,1%), o roubo ocorreu uma única vez, tendo se registado o maior número de casos na província de Nampula (com 88,2%).

Segundo 58,5% dos inquiridos, a maior parte de roubos de bicicletas ocorreu dentro e perto da casa das vítimas, principalmente na Cidade de Maputo (81%). De acordo com as vítimas inquiridas, 35,0% desses roubos ocorreram noutras zonas da cidade ou localidade, com maior incidência na província da Zambézia (48,4%).

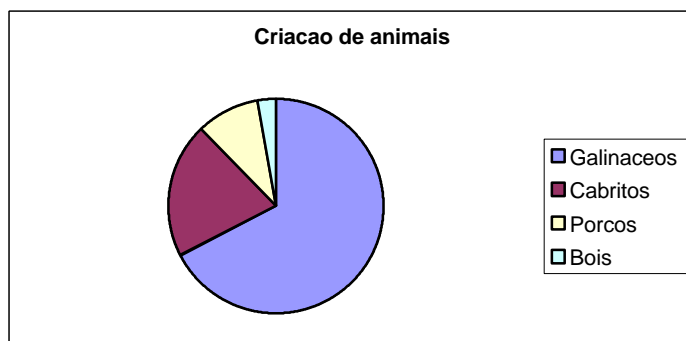


Da última vez que esses roubos ocorreram, a maioria dos inquiridos (75%) afirmou não ter participado o caso à polícia, principalmente na província de Maputo (88,1%).



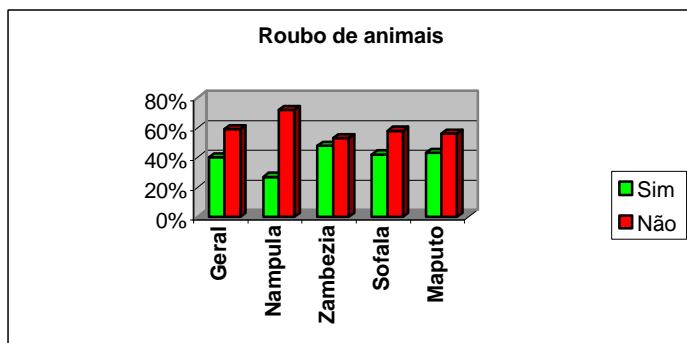
A maioria dos inquiridos (83,2%) considerou o incidente de grave ou muito grave. A maior incidência desta opinião ocorreu na província da Zambézia (91,0%).

Roubo de animais

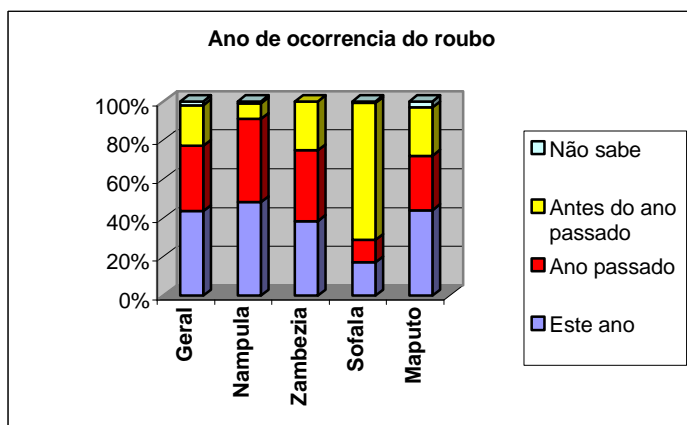


Do universo total dos inquiridos, 44,6% afirmaram que criavam animais, de entre eles, galináceos (50,3%), cabritos (14,5%), porcos (6,7%), bois (2,0%). Nesta actividade, destaca-se a província da Zambézia (com 60,3%). A maioria dos inquiridos declarou que tinham 6 ou mais animais.

Dentre os criadores de animais, 39,7% admitiram que foram vítimas de roubo.

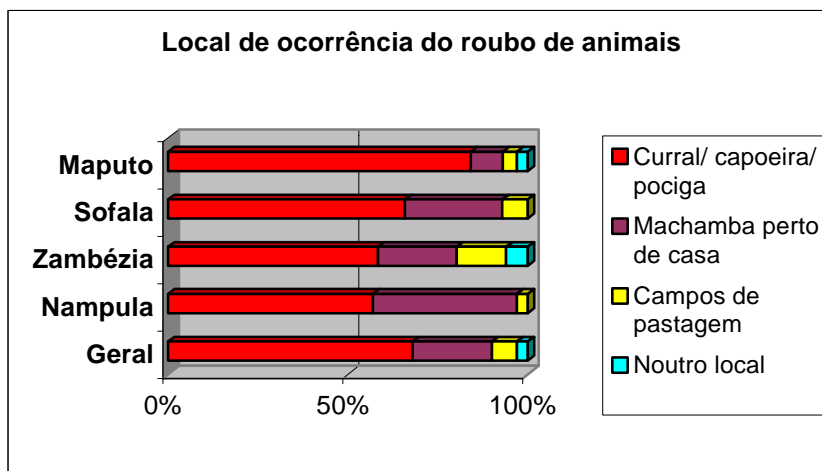


A maioria dos roubos ocorreu este ano (43,6%), contra 33,7% no ano passado e 21,1% no antepassado. Este ano (2002), ao nível das províncias, registaram-se mais roubos em Nampula (47,6%) e a de Sofala (47%),.

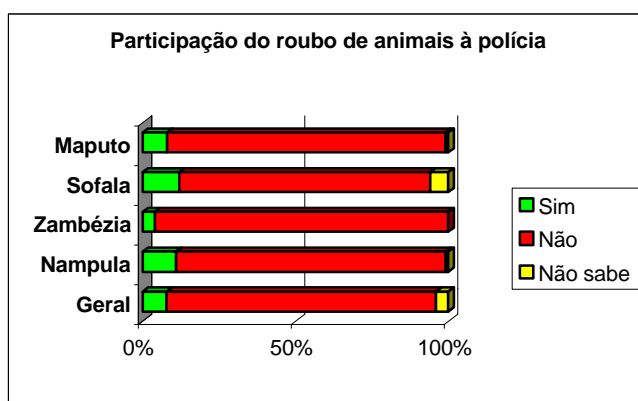
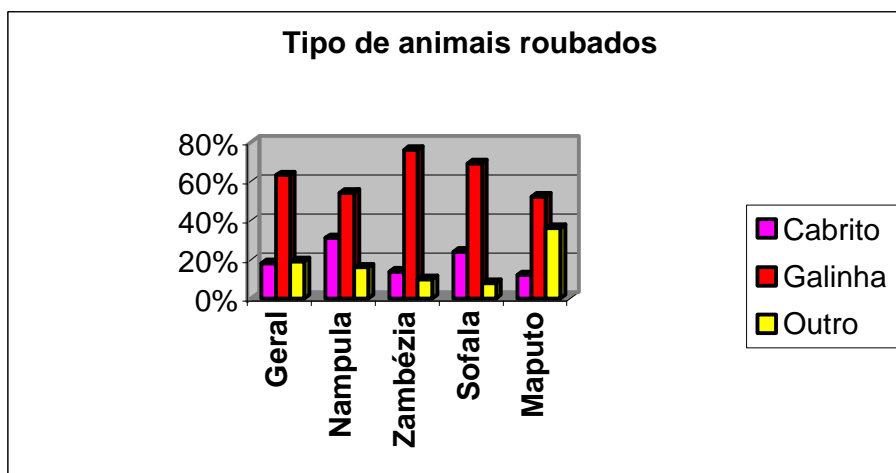


No ano de 2001, as vítimas repartiram-se entre os que sofreram o roubo uma única vez (33,2%) e os que sofreram o roubo duas vezes (33,2%). Porém, nota-se que, em Nampula, a maioria das vítimas sofreu o roubo de animais duas ou três vezes.

A maior parte de roubos de animais (90%) aconteceu no curral, capoeira, pocilga e na machamba perto de casa.

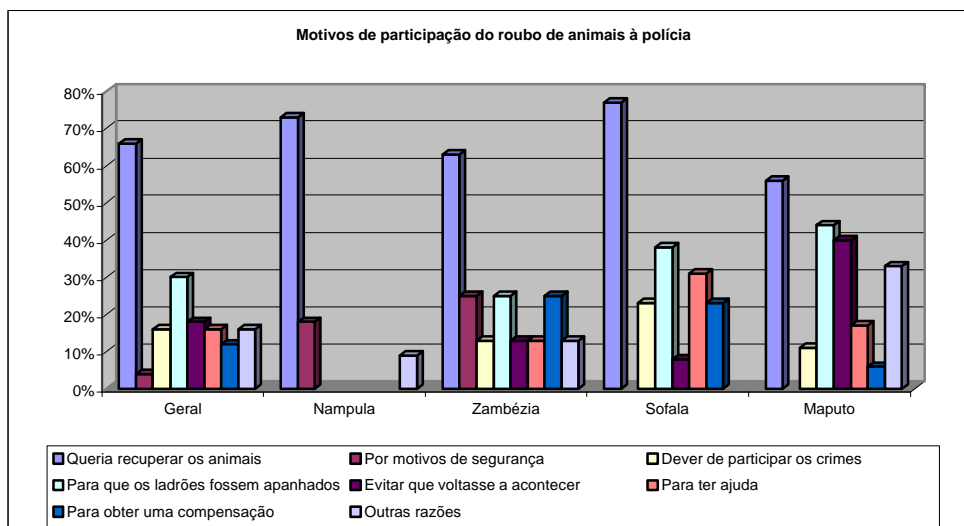


Segundo informações dos inquiridos, na última vez que esse roubo aconteceu, as espécies mais roubadas foram galinhas (63%), principalmente na província da Zambézia (75,7%) e cabritos (18,2%), com maior destaque para a província de Nampula (30,5%).



A maior parte dos inquiridos (89,4%), afirmou que não participou o incidente à polícia. Este facto foi mais notório na província da Zambézia (95,1%).

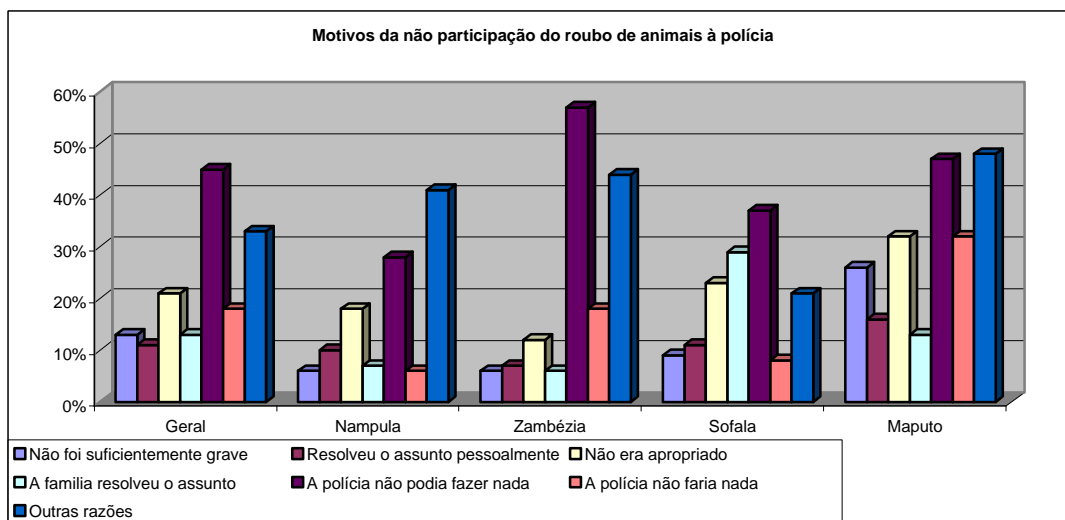
Apesar de a maior parte das vítimas não ter participado o caso à polícia, o roubo de animais foi considerado grave ou muito grave por 72,6% das vítimas.



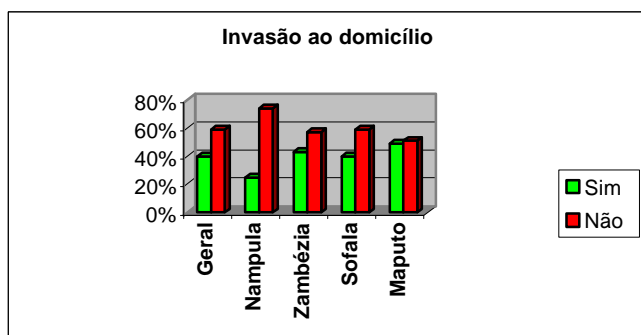
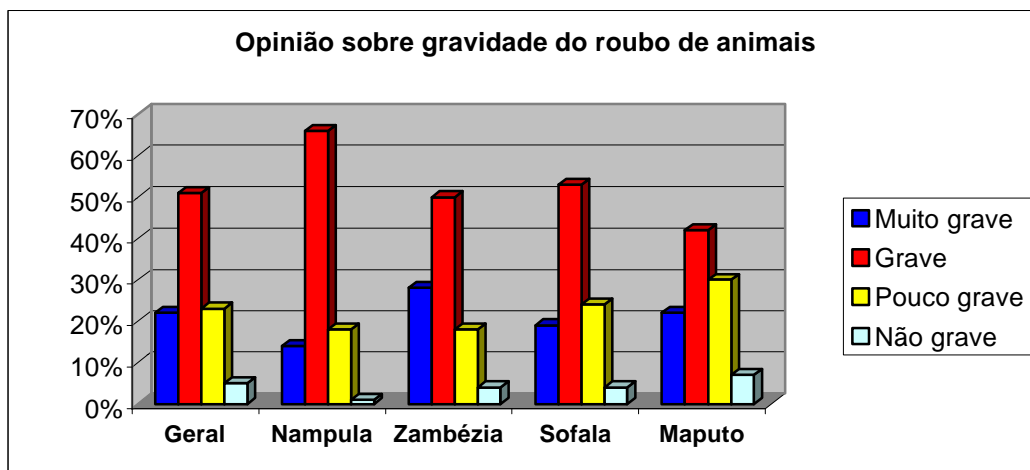
C

ontudo, uma minoria dos inquiridos (8,4%), afirmou ter participado o roubo de animais à polícia. Dentre os principais motivos dessa participação, aponta-se o facto de estarem interessados em recuperar os animais (66%) principalmente na província de Sofala (76,9%), de pretenderem que o ladrão fosse apanhado (16,5%), opinião da maioria dos inquiridos da província de Maputo (44,4%) e de estarem interessados em evitar que o caso voltasse a acontecer (9,9%), principalmente na Cidade de Maputo (38,9%).

Apesar disto, maior parte de roubo de animais não chegou a ser participada à polícia, porque a polícia não podia fazer nada (45,4%), opinião da maior parte dos inquiridos da província da Zambézia (56,8%), porque a polícia não faria nada (18,1%), opinião predominante na província de Maputo (32,1%) e, porque não era apropriado participar o caso à polícia (21,3%) segundo a maioria dos inquiridos da província de Maputo (32,1%).

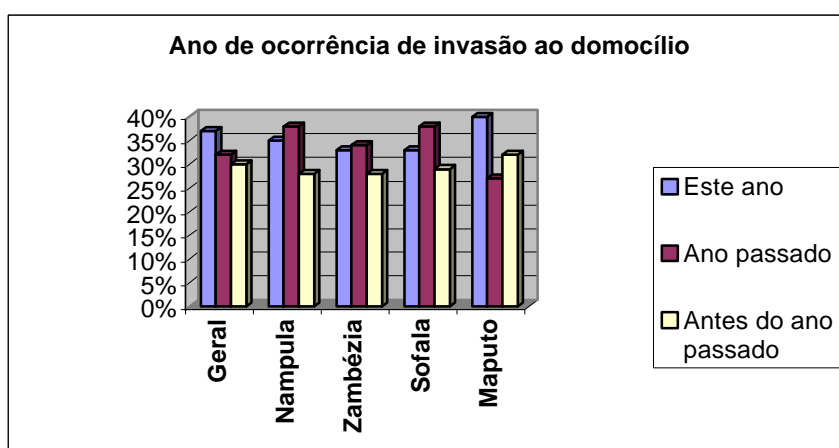


A maioria dos inquiridos (72,7%) considerou o roubo de animais como um incidente grave ou muito grave. A maior incidência desta opinião ocorreu principalmente na província de Nampula (80,3%).



Vítimas de invasão ao domicílio

No universo total dos inquiridos, 40,3% afirmaram que foram vítimas de invasão ao domicílio, destacando-se a província de Maputo com 48,5%.

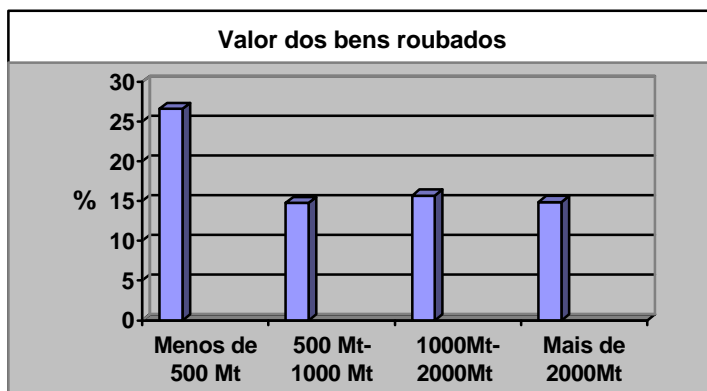


De acordo com os inquiridos, o maior número de casos de invasão ao domicílio aconteceu no ano de 2002, com 37% de casos, principalmente na Cidade de Maputo (39,6%). No ano passado registaram-se 32,2% dos casos, cuja maioria recaiu nas províncias de

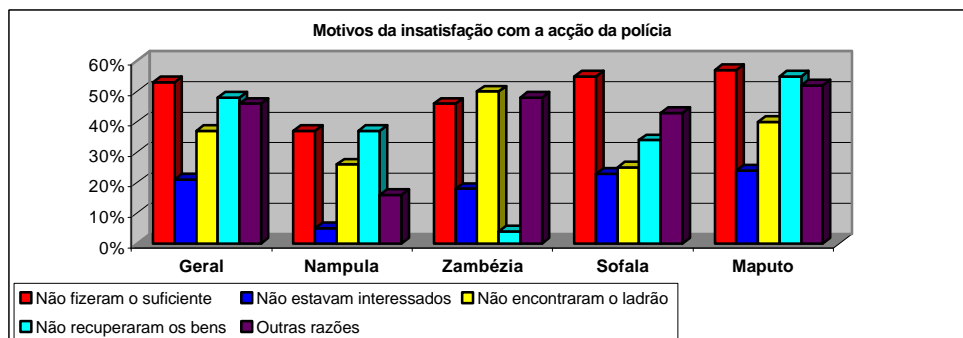
Nampula e Sofala, com 38% e 37,6% respectivamente. No ano antepassado ocorreram 29,9% dos casos.

A maioria das vítimas de invasão ao domicílio sofreu este crime uma única vez (51,5%), embora haja uma porção significativa dos que sofreram duas vezes, em particular na Província da Zambézia (41,1%).

A maior parte das vítimas de invasão ao domicílio (88,5%) admitiu que os ladrões que entraram em sua casa roubaram alguma coisa. A maior parte dos casos registou-se na província de Sofala (93%) e Zambézia (90,5%).

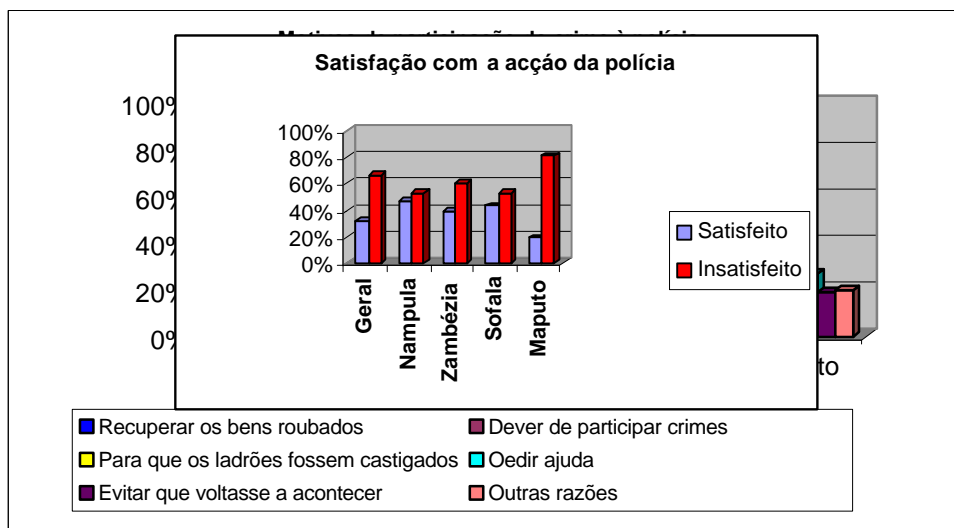


A maioria das vítimas não participou a invasão à polícia. Com efeito, 73,4% das vítimas inquiridas não participou o caso à polícia por acharem, principalmente, que a polícia não podia fazer nada (31,9%), ou porque não faria nada (14,1%).



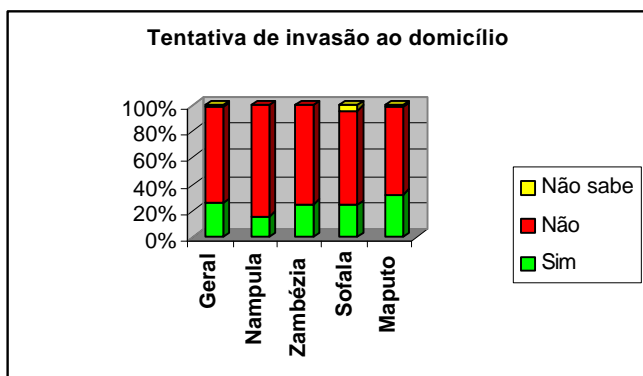
Os que participaram o caso de invasão ao domicílio à polícia fizeram-no porque pretendiam recuperar os bens roubados (86,4%), porque pretendiam que os ladrões fossem apanhados e punidos (38,5%), porque as vítimas pretendiam obter ajuda (25,9%) e, porque, na opinião dos inquiridos, os crimes devem ser participados (24,1%)

A maior parte das vítimas (67%) não ficou satisfeita com a acção da policia. Esta opinião foi predominante na Cidade de Maputo (81,1%).



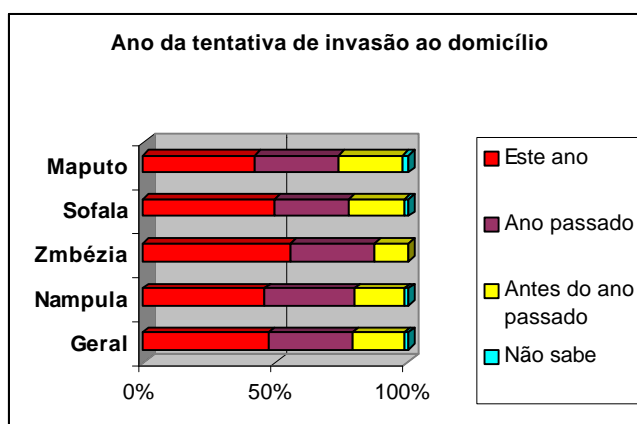
A maior parte das vítimas (86,5%) não teve contacto com alguma instituição especializada de ajuda às vítimas do crime depois de ter acontecido a invasão ao domicílio. Contudo, 61,5% das mesmas afirmou que esses serviços teriam sido úteis.

Vítimas de tentativa de invasão ao domicílio



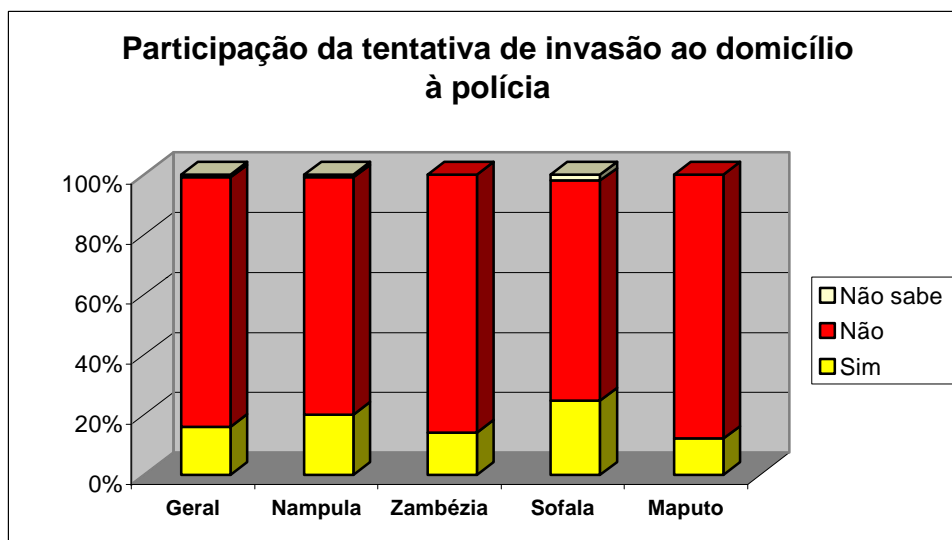
No universo total dos inquiridos, 25,6% afirmaram que foram vítimas de tentativa de invasão ao domicílio. A maior parte dos casos ocorreu na Cidade de Maputo com 32,8%.

Grande parte dos casos de tentativa de invasão ao domicílio aconteceram este ano (47%), principalmente na província da Zambézia com 55,6% No ano passado foram registados



(31,2%) dos casos, tendo incidido mais na província de Nampula (com 33,7%). No ano antepassado aconteceram (20,5%) tentativas de invasão ao domicílio, cuja incidência recaiu na cidade de Maputo (com 24,2%).

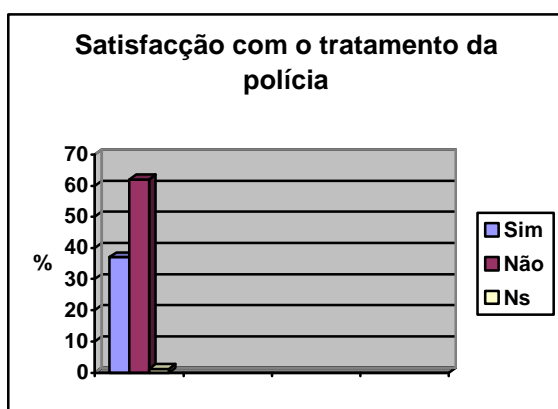
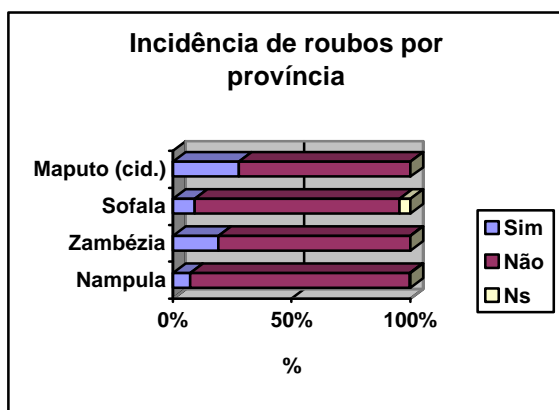
A maioria das vítimas (54,8%) sofreu a tentativa de invasão uma única vez, havendo, contudo, uma porção considerável dos que sofreram a tentativa duas ou mais vezes, principalmente em Sofala (33,8%).



A

maior parte dos inquiridos (82,9%) afirmou não ter reportado o caso à polícia, apesar de 46,7% dos inquiridos considerar a tentativa de invasão grave ou muito grave.

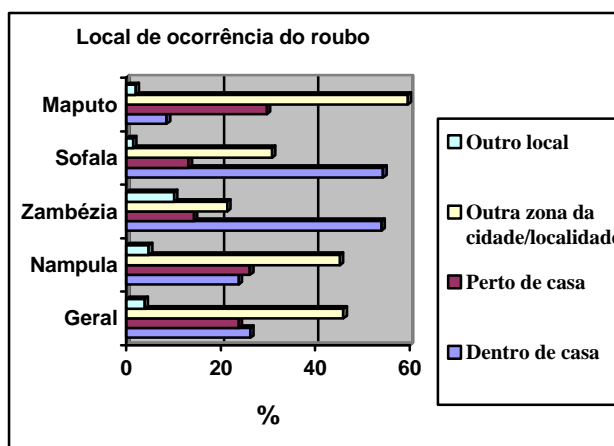
Vítimas de roubo

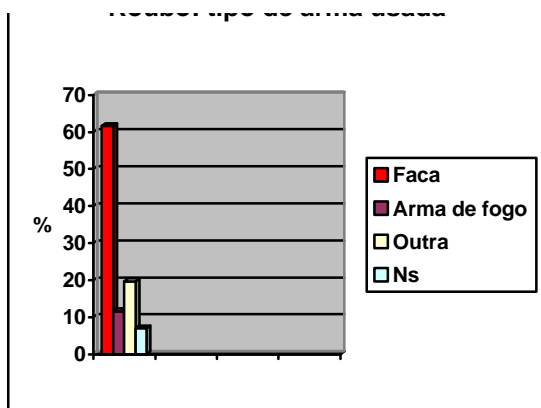


Os inquiridos que admitiram que tinham sido vítimas de roubo representam 17,0% do universo total dos inquiridos. Segundo o inquérito, a maior incidência de roubos verifica-se na cidade de Maputo (27,9%) e na província da Zambézia (19,1%)

Segundo os inquiridos, os casos de roubo ocorreram este ano (41,6%), ano passado (30,9%) e antepassado (26,1%), o que indicia um aumento gradual dos roubos desde o ano antepassado. A mesma tendência é notória nas províncias consideradas (Nampula, Zambézia e Sofala) e na cidade de Maputo. De entre os que aconteceram no ano passado (2001), a maioria (60,4%) dos casos ocorreu uma única vez. Em 25,7% dos casos, o roubo ocorreu duas vezes.

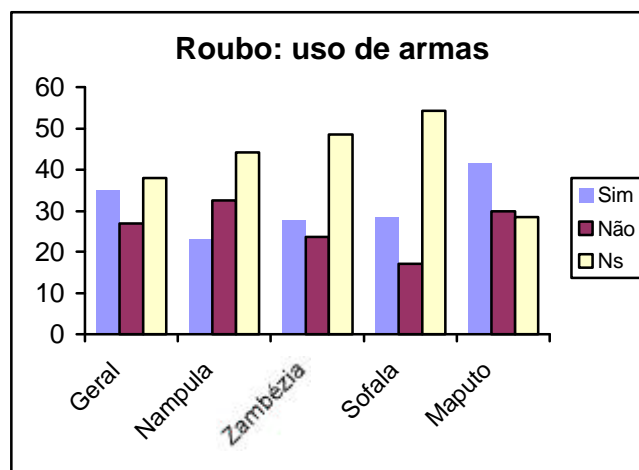
Cerca de metade dos inquiridos que declararam que tinham sido vítimas de roubo





indicou que tal crime tinha ocorrido dentro ou perto de casa (49,1%), contra 46,0% que foram vítimas longe das imediações da sua casa, ou seja, noutra zona da cidade ou localidade. Nota-se, porém, que na Zambézia e Sofala, a maioria dos inquiridos afirmou que o roubo tinha ocorrido dentro de casa, enquanto que em Nampula e cidade de Maputo a maioria declarou que os roubos aconteceram noutra zona da localidade.

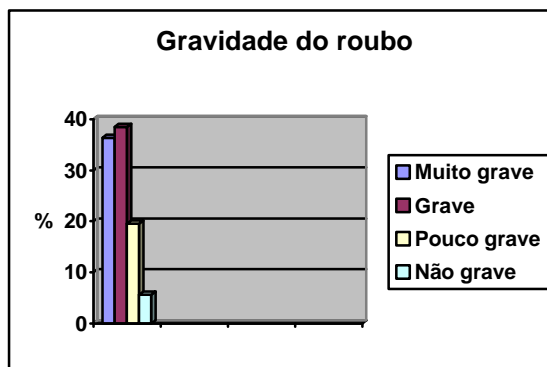
Segundo as vítimas inquiridas, na maioria dos casos (59,9%), os ladrões que cometeram o roubo actuaram num grupo de dois ou mais elementos. Note-se também que um número significativo de inquiridos (27,4%) não soube indicar a composição do grupo de ladrões. Para a maioria das vítimas (66,9%), os ladrões não eram conhecidos. Ao nível das



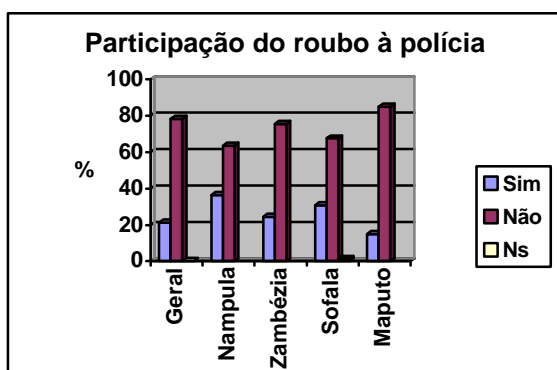
províncias, verifica-se a mesma tendência. Normalmente, os ladrões actuam em grupos de dois ou mais elementos e não são conhecidos pelas vítimas, embora, na Zambézia, o índice de conhecimento seja comparativamente maior. Na Zambézia, 25,8% das vítimas inquiridas admitiram que conheciam os ladrões de vista ou de nome, contra 13,6% em Nampula, 9,9% em Sofala e 16,4% na cidade de Maputo.

Grande parte das vítimas inquiridas (35,0%) disse que os ladrões usaram uma arma, preferencialmente uma faca (61,6%), embora a maioria das vítimas (38,0%) não tenha sabido se a tinham usado ou não. Em Maputo é onde se regista uma maior tendência para o uso de uma arma, uma vez que 41,5% das vítimas assim o reconheceram, contra 23,3% em Nampula, 28,6% em Sofala e 27,8% na Zambézia.

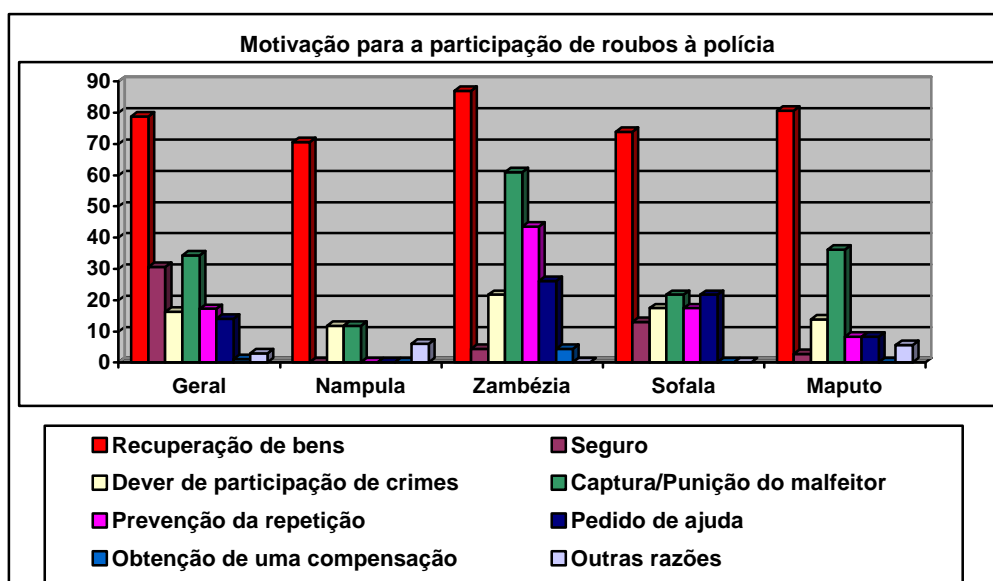
Para além da faca, os ladrões usam armas de fogo ou outras, como alavancas, ferros, correntes e garrafas. A arma de fogo a que os ladrões frequentemente recorreram é a pistola/revólver (48,4%) ou uma AKM (22,6%). Nos casos em que se recorreu a uma arma, cerca de metade dos inquiridos (48,3%) reconheceu que a arma foi efectivamente usada. Para esta questão, os resultados por província, com excepção da cidade de Maputo, não são relevantes porque o número de casos é muito reduzido.



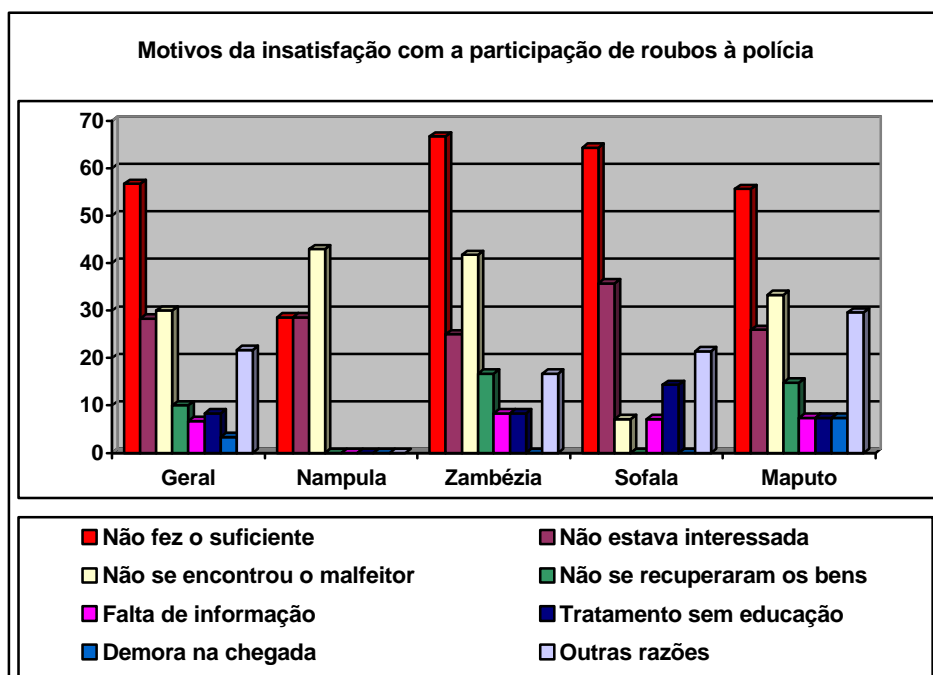
Embora muitos inquiridos tenham reconhecido que lhes foi roubado alguma coisa, ou



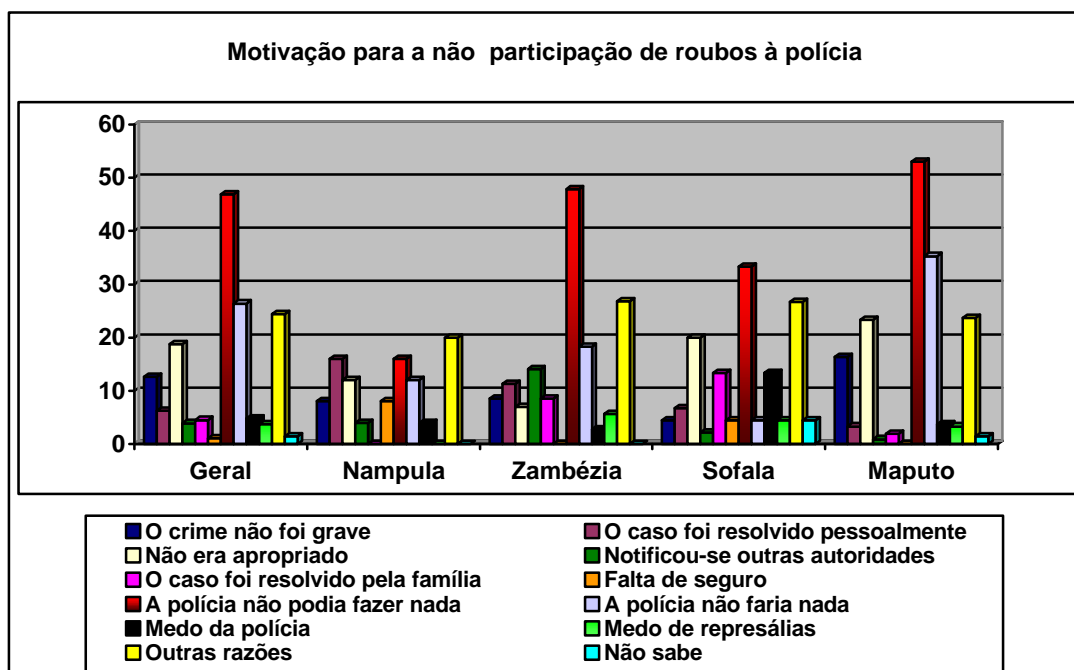
que o roubo tinha sido grave ou muito grave (74,8%), muitos não participaram o roubo à polícia (78,4%). Por províncias, o menor índice de participação de roubos regista-se em Maputo, onde apenas 15,0% das vítimas comunicaram o roubo à polícia. O maior índice de participação de roubos registou-se em Nampula (36,4%). Os que participaram o caso à polícia destacaram as seguintes razões para o fazerem: recuperação dos bens (46,4%), captura e punição do ladrão (20,2%), prevenção da repetição do crime (10,1%).



Contudo, muitos dos que apresentaram queixa não ficaram satisfeitos com a forma como a polícia lidou com o seu caso (62,%), principalmente porque acharam que a polícia não fez o suficiente (34,3%), não encontrou o ladrão (18,2%), não estava interessada (17,2%), ou outras razões (13,1%), como querer suborno. Na Zambézia e Sofala a insatisfação devido ao facto de a polícia não ter feito o suficientemente, é comparativamente maior, enquanto em Nampula predominou a opinião de que a insatisfação se deve ao facto de não se ter encontrado o ladrão. A opinião de que a polícia não faria nada, por negligência, também é significativa em todas as províncias.



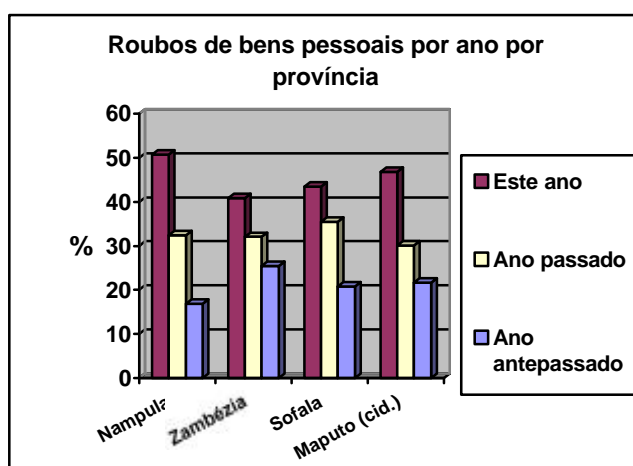
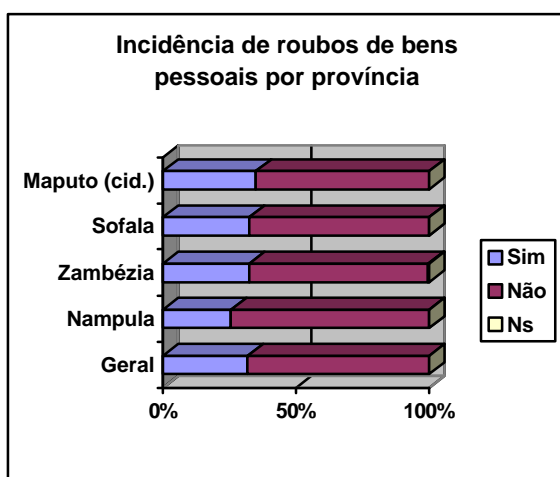
Os que não participaram o caso à polícia apontaram, entre outras, as seguintes razões: a polícia não podia fazer nada (30,1%) ou não faria nada (17,2%), não era apropriado (12,1%). Na cidade de Maputo, as principais razões que levaram os inquiridos a não participar os roubos estão relacionadas com o facto de sentirem que a polícia não podia fazer nada ou não faria nada, não ter sido apropriado reportar o crime à polícia ou não ter sido suficientemente grave. Na Zambézia, os inquiridos destacaram também o facto de sentirem que a polícia não podia fazer nada ou não faria nada, ou não ter sido suficientemente grave, assim como o recurso à resolução pessoal ou familiar do caso e à notificação de outras autoridades. Em Sofala destacaram-se os índices de medo pela polícia.



São poucos os inquiridos que admitiram que participaram o roubo a uma instituição pública ou privada. Apenas 4,9% dos inquiridos vítimas de roubo declararam que o fizeram, o que pode significar que a polícia é a maior instituição a que os cidadãos recorrem para participar casos de roubo, quando o fazem. A tendência de não contactar outras instituições públicas ou privadas é mais acentuada na cidade de Maputo, onde apenas 2,4% confessaram que o tinham feito. Esta conclusão é reforçada pelo facto de também apenas 5,5% dos inquiridos vítimas de roubo terem contactado uma instituição especializada, apesar de a maioria dos inquiridos (63,8%) achar que o contacto com este tipo de instituição teria sido útil. Também neste caso, se notou que a cidade de Maputo é um caso singular, por ser muito acentuada a tendência de as vítimas de roubo não recorrerem a instituições especializadas. Apenas 0,4% das vítimas reconheceram que o fizeram.

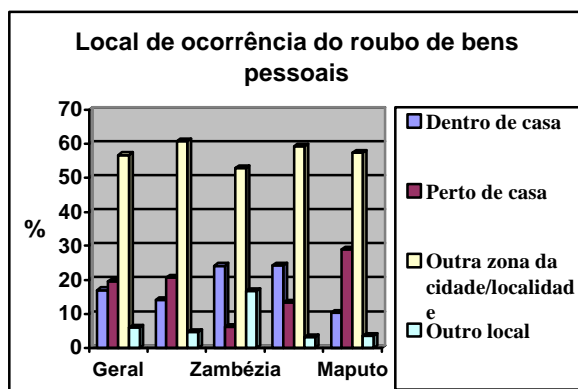
O facto de não se recorrer a outras instituições atesta o facto de muitos crimes de roubo não ser reportados, o que não pode ser explicado unicamente pela mera ausência de estrutura policial adequada. A cidade de Maputo representa um caso sintomático desta situação. Com efeito, apesar de manter uma rede relativamente ampla de esquadras ou de instituições de apoio, é onde se regista o menor índice de participações de roubos quer à polícia quer a outras instituições. Se se atentar as razões que levam os inquiridos a reportar à polícia ou às que conduzem à insatisfação, quer parecer que há pouca confiança na eficiência da polícia.

Vítimas de roubo de bens pessoais



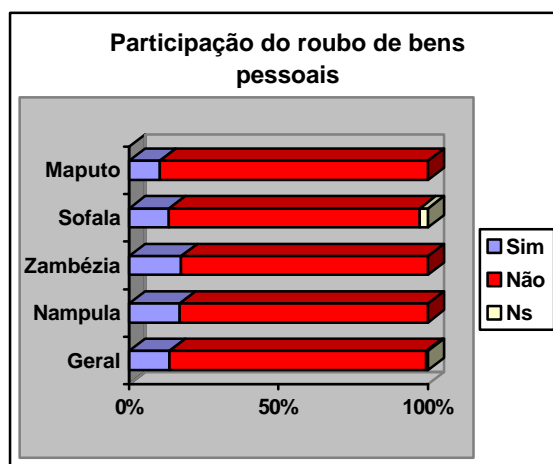
No universo total dos inquiridos, 31,9% dos inquiridos reconheceram que tinham sido vítimas de roubo de bens pessoais, como dinheiro, carteiras, pastas, roupa, telemóveis, brincos, fios de ouro ou anéis. Em todas as províncias consideradas, com exceção de Nampula, os índices de incidência são similares, variando entre 32,5% e 35,0%. Em Nampula, apenas 25,6% dos inquiridos reconheceram que foram vítimas de roubo de bens pessoais. Grande parte dos casos ocorreu este ano (45,8%), contra 31,8% no ano passado e 21,3% no antepassado.

A mesma tendência é verificada nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala e na cidade de Maputo. Contudo, nota-se também que foi em Nampula, onde o índice de inquiridos que reconheceram que tinham sido vítimas de roubo de bens pessoais foi comparativamente menor, onde se reconhece um maior aumento de incidência de roubo durante este ano (50,7%).



Para a maioria das vítimas, o roubo ocorreu uma única vez (71,0%). Em todas as províncias, o maior índice de casos de roubo ocorreu este ano.

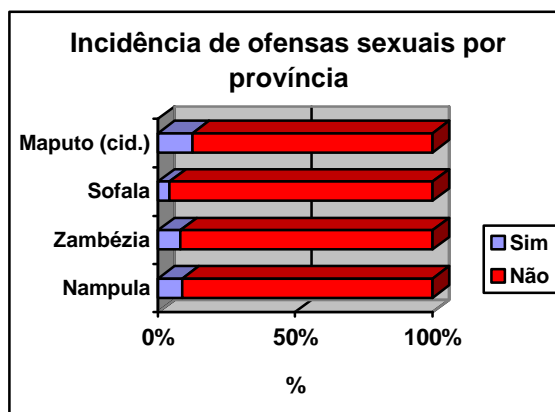
A maioria das vítimas (57,3%) de roubo de bens pessoais declarou que o crime ocorreu noutro local da cidade/localidade (portanto, fora das imediações da residência),



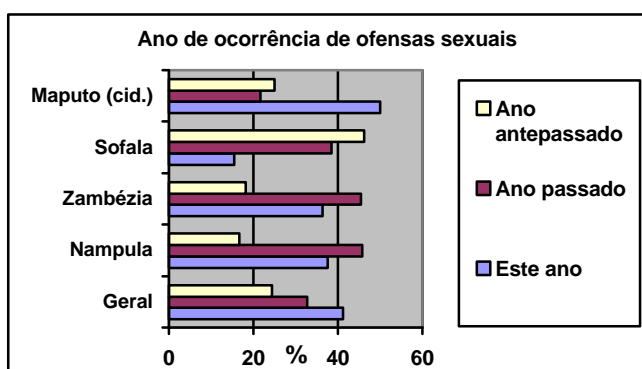
embora uma parte significativa dos inquiridos tenha também afirmado que o crime se deu dentro ou perto da casa (37,6%).

Na maioria dos casos, o bem roubado estava na posse do inquirido (82,1%), mas o roubo não foi participado à polícia (85,9%), apesar de a maioria dos inquiridos considerar que o incidente foi grave ou muito grave (69,5%).

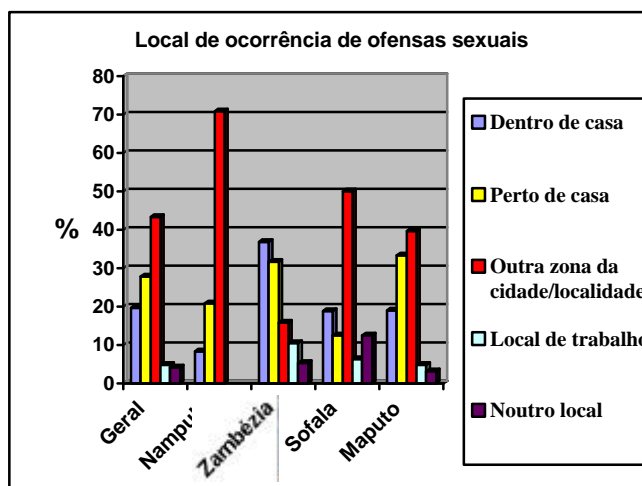
Ofensas sexuais



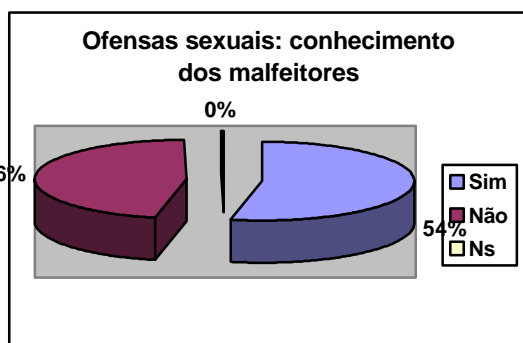
No universo total dos inquiridos, apenas 4,3% dos inquiridos reconheceu que tinha sido vítima de ofensas sexuais (as perguntas desta secção foram dirigidas exclusivamente aos inquiridos do sexo feminino). A maior incidência de ofensas sexuais verifica-se em Maputo, onde 12,5% dos inquiridos admitiram terem sido vítimas deste crime, contra 4,2% dos inquiridos em Sofala, onde se verificou o menor índice.



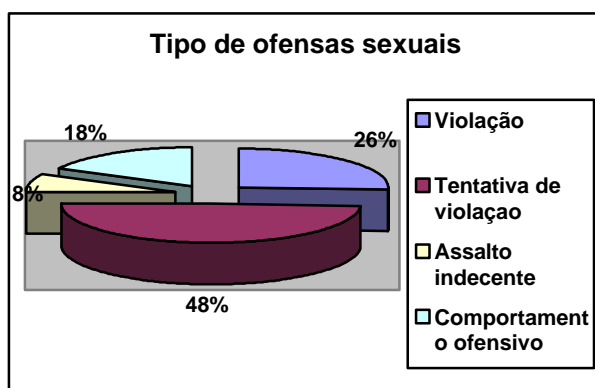
Os casos de ofensa sexual ocorreram este ano (41,2%), ano passado (32,8%) e antepassado (24,4%). Estes dados revelam que, ao nível geral, há um recrudescimento gradual deste tipo de crime. Contudo, as províncias consideradas apresentam tendências diferentes. Em Maputo, nota-se um acentuado crescimento neste ano, comparativamente aos anos anteriores, ou seja, 50,0% este ano, 21,7% no ano passado e 25,0% no antepassado. Contrariamente, em Sofala, há uma nítida diminuição de ano para ano. Na Zambézia e Nampula, há uma tendência para a diminuição, depois de se ter verificado um acentuado aumento do ano antepassado para o passado. De entre as ofensas sexuais que aconteceram no ano passado (2001), a maioria (65,6%) dos casos ocorreu uma única vez. Em 26,7% dos casos, a ofensa ocorreu duas vezes. A cidade de Maputo, apesar de a maioria dos casos terem ocorrido uma única vez, distingue-se das outras províncias consideradas, por manifestar índices consideráveis de inquiridos (36,0%) que admitiram que a ofensa sexual ocorreu duas vezes.



Os inquiridos afirmaram que a maioria das vítimas sofreu a ofensa sexual noutro local da cidade/localidade (portanto, fora das imediações da residência) (43,4%), embora uma parte significativa dos inquiridos tenha também afirmado que o crime ocorreu dentro (19,7%) ou perto da casa (27,9%). Na Zambézia, há uma tendência distinta, com a maioria das ofensas sexuais a ocorrerem dentro ou perto de casa (68,4%). Na maioria dos casos, o malfeitor actuou sozinho (61,7%), mas há casos em que os inquiridos afirmaram que a ofensa foi cometida por um grupo de dois indivíduos (20,8%) e de três ou mais (14,2%).

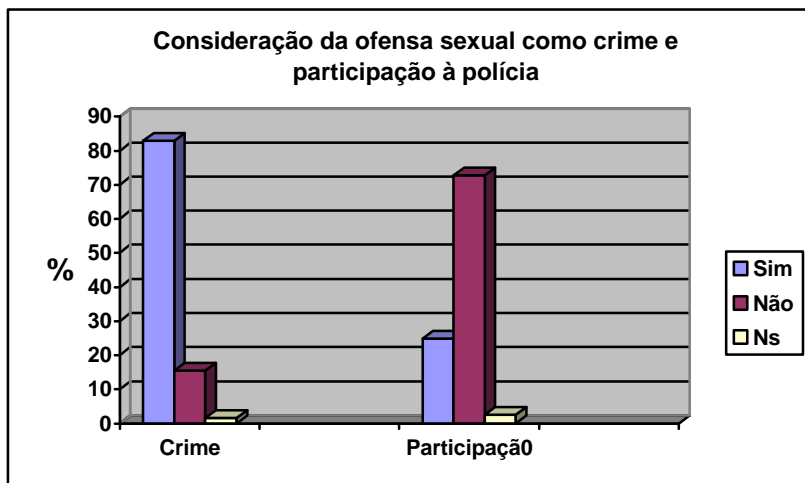


A maioria dos inquiridos (52,4%) conhecia o ofensor, ou de nome (31,7%) ou de vista (21,7%), que podia ser, entre outros, (ex-)marido, (ex-)companheiro, (ex-)namorado, familiar, amigo chegado ou colega de trabalho. Segundo os dados, na maioria dos casos



(68,0%), a ofensa sexual foi praticada

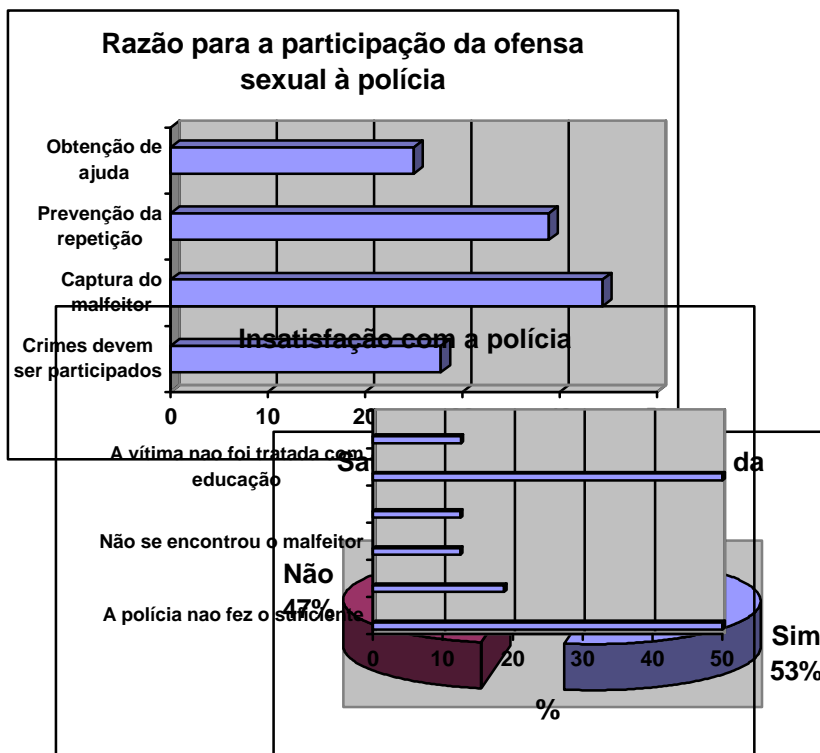
sem o recurso a uma arma. Apenas 23,0% dos inquiridos afirmaram que durante a ofensa o malfeitor recorreu a uma arma, preferencialmente uma faca ou pistola/revólver. Nos casos em que se recorreu a uma arma de fogo, 42,9% dos inquiridos afirmou que ela foi efectivamente usada, contra 57,1%

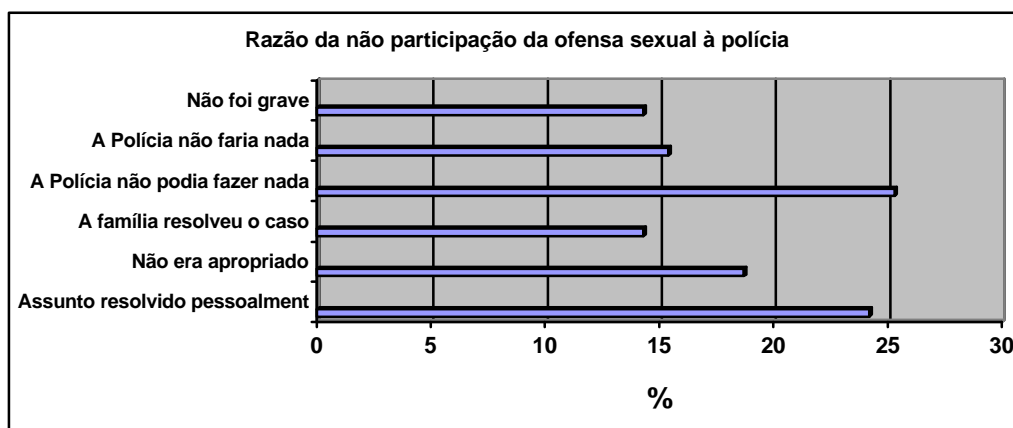


que afirmaram o contrário. As ofensas sexuais, que consistiram principalmente em violação (25,8%), tentativa de violação (49,2%), foram consideradas graves ou muito graves pela maioria das vítimas (70,3%). Para a maioria das vítimas (82,9%), as ofensas sexuais constituem crime.

Contudo, apenas 24,8% das vítimas reportaram a ofensa à polícia, principalmente porque acharam que o malfeitor devia ser apanhado (28,6%), era preciso evitar que voltasse a acontecer (25,0%), os crimes devem ser participados (17,9%) ou deviam ter ajuda (16,1%). Grande parte das vítimas que reportaram o caso à polícia ficou satisfeita (52,9%).

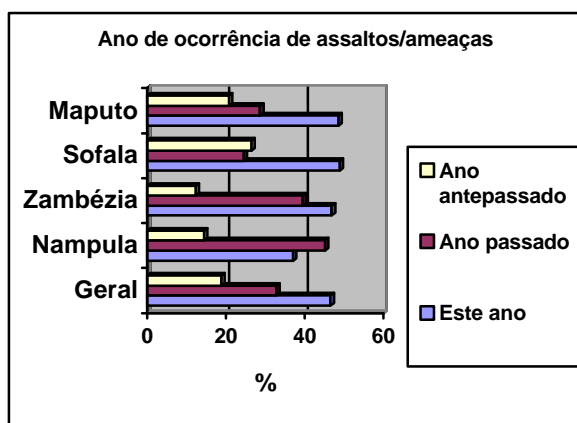
As que não ficaram satisfeitas (47,1%), referiram as seguintes razões: a polícia não fez o suficiente (50,0%), não foi tratada com educação (50,0%), a polícia não estava interessada (18,8%).





As

vítimas que não participaram a ofensa sexual à polícia apontaram as seguintes razões: a polícia não podia fazer nada (25,3%) ou não queria fazer nada (15,4%), resolveram o

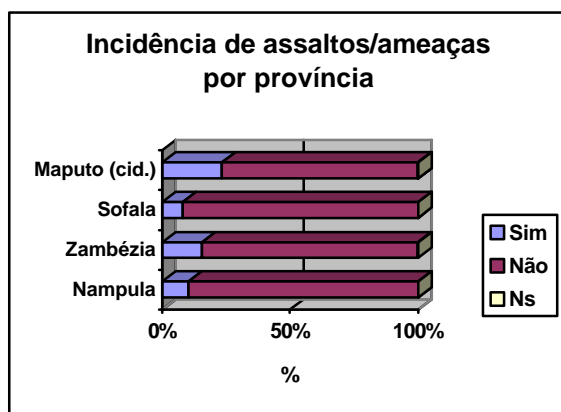


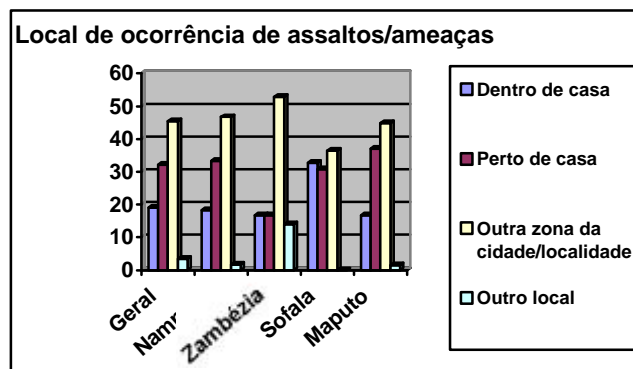
assunto pessoalmente (24,2%), ou não era apropriado (18,7%).

A ofensa sexual não é frequentemente reportada a outras instituições. Apenas 6,7% e 8,2% das vítimas, respectivamente, participaram ou contactaram uma outra autoridade pública ou privada (guardas, advogados, empresas de segurança) ou uma instituição especializada para questões práticas ou apoio emocional. No entanto, a maioria das vítimas (56,4%) achou que o contacto com uma instituição especializada teria sido útil.

Vítima de assalto/ameaças

No universo total dos inquiridos, apenas 15,3% dos inquiridos admitiu que tinha sido





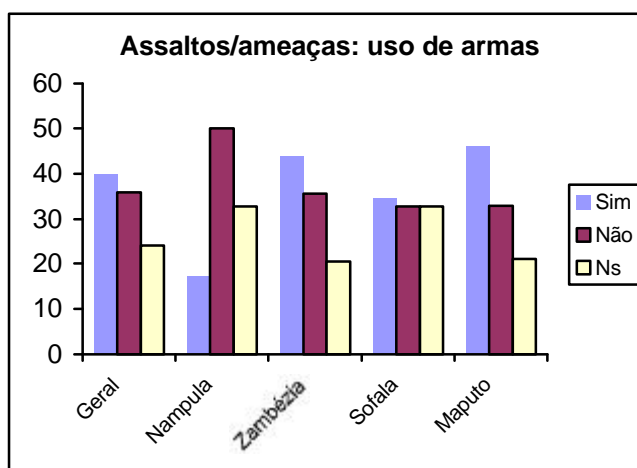
vítima de assalto ou ameaça. Segundo o inquérito, a maior incidência de assaltos/ameaças verifica-se na cidade de Maputo(23,3%), com um valor muito acima da média nacional, e na província da Zambézia (15,4%). A menor incidência de assalto/ameaças verifica-se em Sofala (8,0%) e Nampula (10,3%).

Grande parte dos casos ocorreu este ano (46,6%), contra 32,9% no ano passado e 18,8% no antepassado. No geral, nota-se um crescimento da incidência deste tipo de crime de ano para ano. Ao nível das províncias o crescimento gradual de ano para ano é notório em Maputo (cidade) e Zambézia. Em Sofala, há um acentuado crescimento de casos apenas durante este ano. Em Nampula, há uma tendência para a redução, depois de ter havido um grande aumento no ano passado. Para a maioria das vítimas, o roubo ocorreu uma única vez (63,0%).

Na maioria dos casos, o assalto/ameaça ocorreu numa outra zona da cidade/localidade (45,3%), se bem que 32,4% das vítimas inquiridas tenham afirmado que o crime ocorrera nas imediações da sua residência e 18,9% mesmo dentro da sua casa. Em Sofala, a tendência de ocorrência de assaltos/ameaças é comparativamente maior (32,7%).

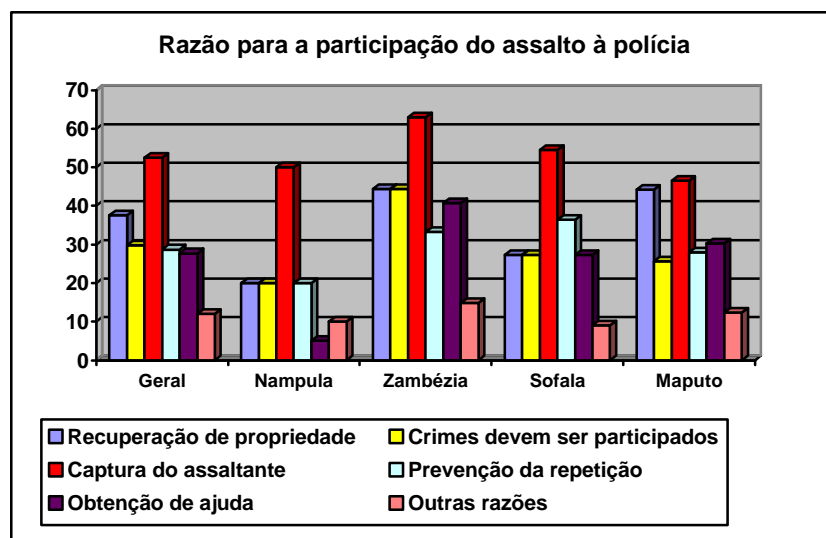
Em muitos casos, os assaltantes actuaram em grupos de dois ou mais indivíduos (67,3%). Os assaltos são frequentemente efectuados por desconhecidos. Com efeito, a maioria das vítimas inquiridas não conhecia o assaltante (68,0%). O tipo de assalto dividiu-se entre a simples ameaça (48,6%) e o uso de força (49,1%).

Muitas vítimas inquiridas (cerca de 40,0%) admitiram que o assaltante tinha uma arma, na maioria dos casos uma faca (60,1% dos casos), embora, em Nampula, contudo, se

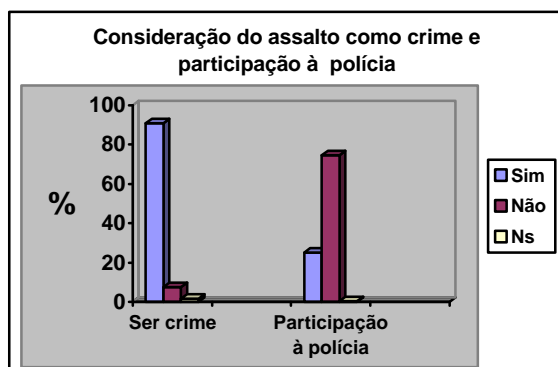


tenha verificado que a maioria das vítimas afirmou que o assalto/ameaça foi efectuado sem o recurso à uma arma.

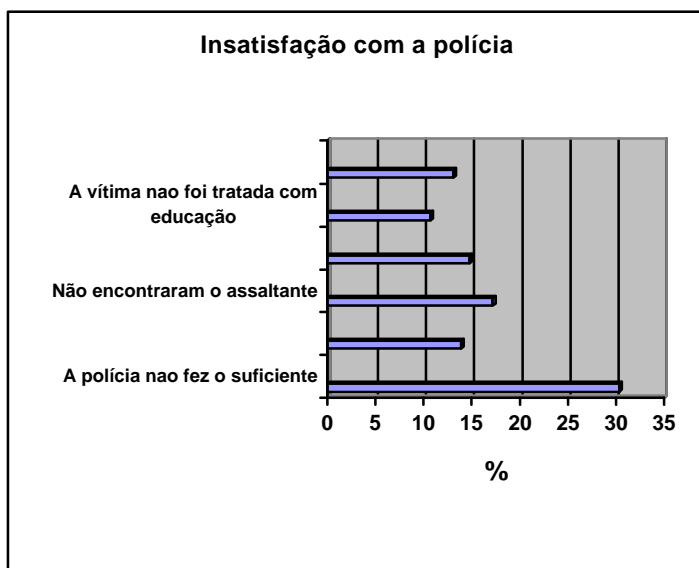
Houve inquiridos que admitiram que o assaltante tinha uma arma de fogo (17,8%) e, neste caso, frequentemente uma pistola. Nos assaltos em que se recorreu a uma arma de



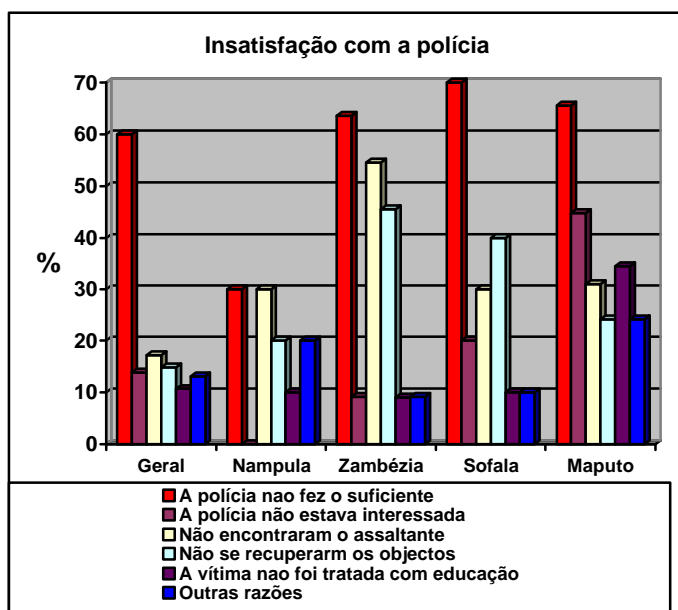
fogo, em 75,9% dos casos tratou-se de uma pistola. Em 42,4% dos casos, a arma foi usada. Na maioria dos casos, os inquiridos não ficaram feridos e, quando os houve, 43,6% foram tratar-se no hospital.



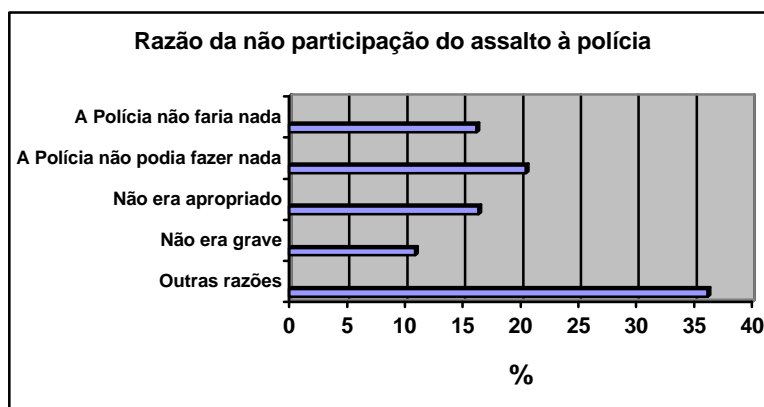
Apesar de a maioria dos inquiridos os considerar graves ou muitos graves (76,3%), ou achar que constituem, de facto, crime (90,9%), a maioria dos assaltos/ameaças (74,6%) não foram participados à polícia. Apenas 25,3% dos inquiridos reportaram o assalto/ameaça à polícia, porque acharam que o assaltante devia ser apanhado (52,5%), queriam recuperar a sua propriedade (37,6%), consideraram que os crimes devem ser participados à polícia (29,7%), queriam evitar que o crime voltasse a acontecer (28,7%) ou esperavam obter ajuda (27,7%). Em Sofala (20,8%) e na cidade de Maputo (20,2%) é onde se registam os menores índices de não participação de assaltos à polícia.



A maioria dos que participaram o assalto à polícia não ficou satisfeita com a forma como a polícia tratou do caso.



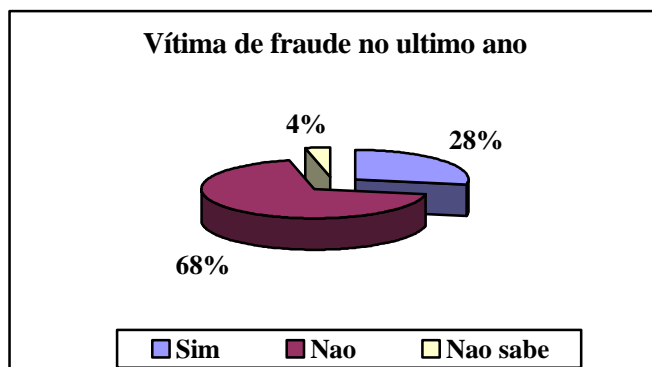
Apenas 38,6% dos inquiridos que participaram o caso à polícia ficaram satisfeitos com o tratamento da polícia. Os que não ficaram satisfeitos justificaram-se, entre outras razões, com o facto de a polícia não ter feito o suficiente (30,3%), não ter encontrado o assaltante (17,2%), não ter recuperado os objectos (14,8%), não estar interessada (13,9%) e não ter sido tratado com educação (10,7%).



Os inquiridos que não participaram o assalto à polícia alegaram, entre outras razões, que a polícia não podia fazer nada (20,5%) ou não teria feito nada (16,2%), ou não era apropriado fazê-lo (16,4%).

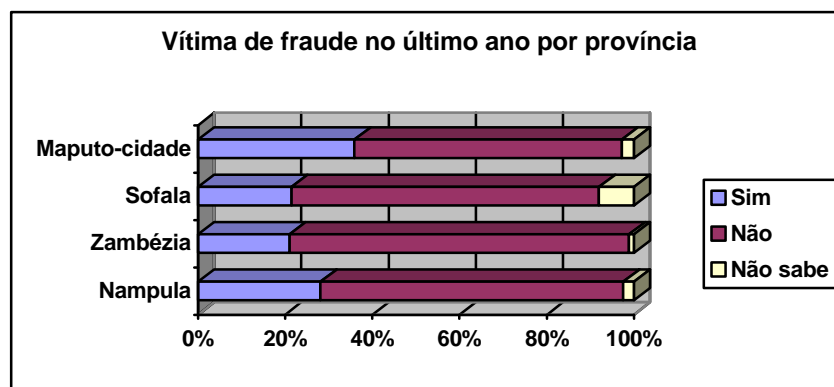
Apenas uma minoria dos inquiridos recorreu a outras instituições para reportar o assalto. Entre as vítimas de assalto, apenas 4,5% dos inquiridos participou o caso a uma outra instituição pública ou privada, como companhia de segurança ou guardas. Também apenas 6,0% contactou uma instituição especializada na ajuda de pessoas vítimas de crime, apesar de a maioria achar que tal contacto teria sido útil (62,2%).

Fraude ao consumidor



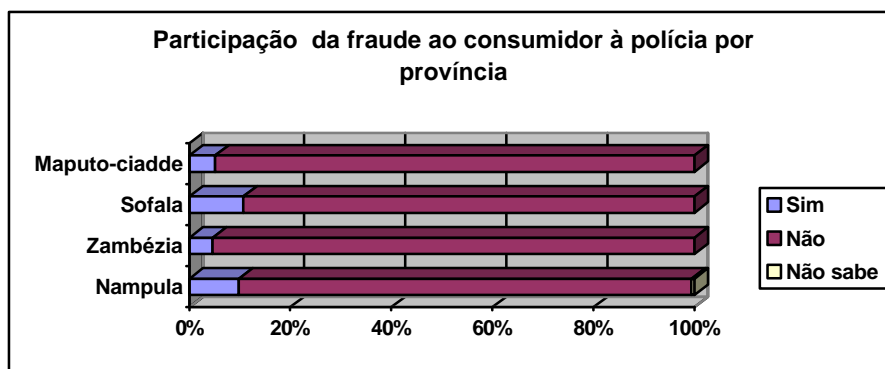
A maioria dos inquiridos (68,4%) declarou não ter sido vítima de qualquer fraude ao consumidor no último ano, não obstante a existência de uma percentagem significativa dos que afirmaram o contrário (27,9%).

A fraude sofrida por muitos dos inquiridos que admitiram ter sido vítimas (43,5%) teve a ver com uma loja. Na sua maioria, os inquiridos não participaram a fraude que sofreram nem à polícia (92,2%) e nem à uma outra instituição pública ou privada (95,1%).

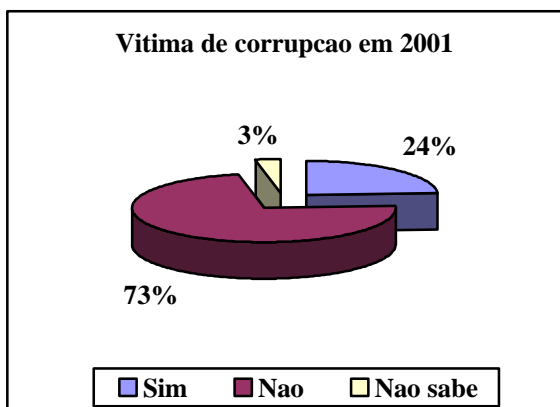


Ao nível das províncias verifica-se a mesma tendência geral, no que se refere à experiência dos inquiridos sobre a fraude ao consumidor. Contudo, é de salientar que, na cidade de Maputo, a percentagem dos inquiridos que admitiram ter sido vítimas de fraude (35,9%) é relativamente superior à das restantes três províncias (Nampula, 28,1%; Zambézia, 21%; e Sofala, 21,4%). Isto pode ser explicado pelo facto de ser na cidade de Maputo onde ocorre o maior volume de negócios. O tipo de fraude mais referido em todas as províncias, incluindo a cidade de Maputo, é o mesmo que o do nível geral, a loja, que atingiu mais de metade dos inquiridos, vítimas de fraude, em Nampula (57,8%) e cerca de metade em Sofala (49,7%).

Também, tal como se verificou ao nível geral, foram muito poucos os inquiridos, vítimas de fraude, que em cada uma das províncias participaram o acto à polícia ou à uma outra instituição. No entanto, nas províncias de Sofala e Nampula, as percentagens dos que participaram a fraude à polícia (10,7% e 9,8%, respectivamente) são relativamente significativas que as observadas na Zambézia (4,6%) e cidade de Maputo (5,1%).

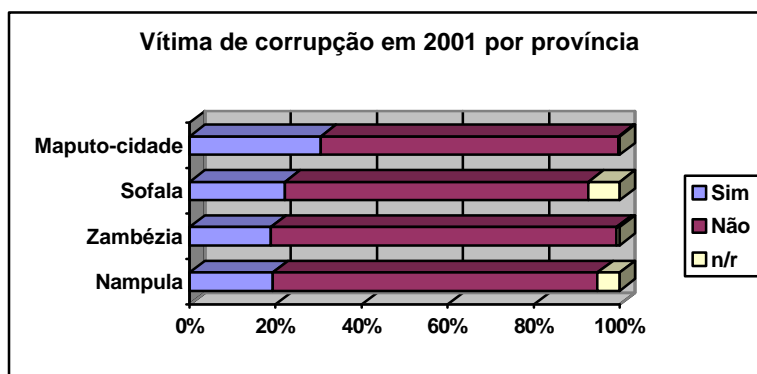


Corrupção

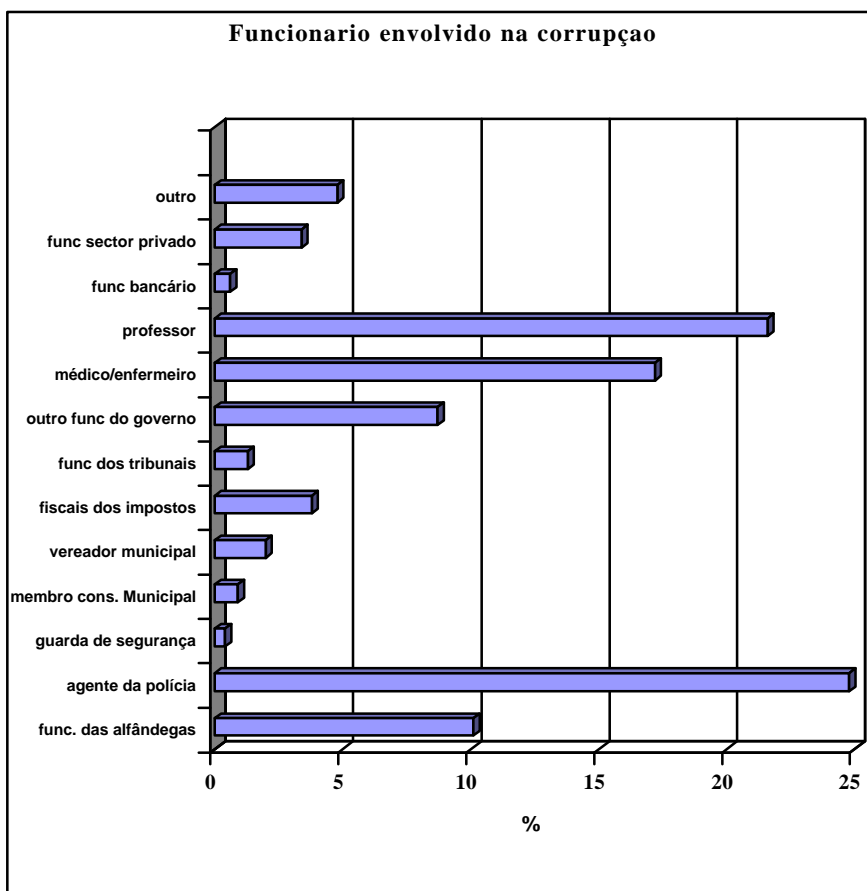


Na sua maioria (72,9%), os inquiridos declararam não ter sido vítimas de qualquer acto de corrupção de algum funcionário público ou governamental, durante o ano de 2001. Note-se, contudo, que existe uma percentagem significativa dos que afirmaram o contrário (24%).

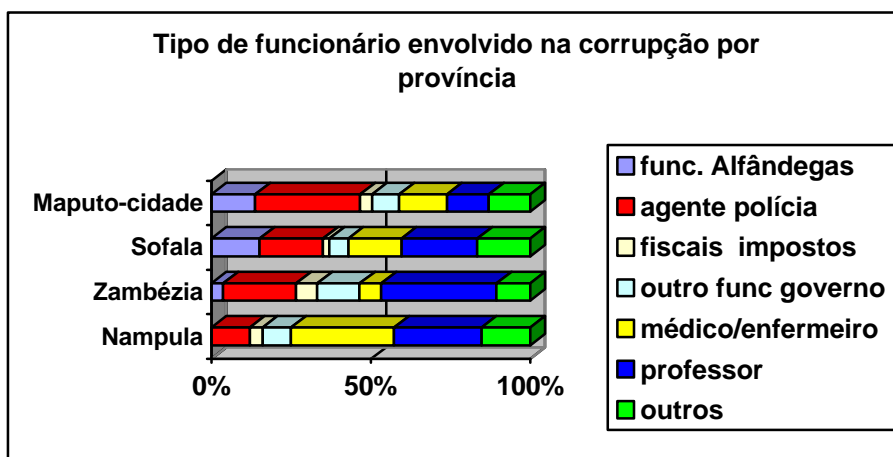
Ao nível das províncias observa-se a mesma tendência que a do nível geral. Contudo, merece destaque à cidade de Maputo, onde a percentagem dos inquiridos que admitiram ter



sido vítimas de acto de corrupção (30,5%) é ligeiramente superior à registada nas outras três províncias (Nampula, 19,4%; Zambézia, 18,9%; e Sofala, 22,2%).



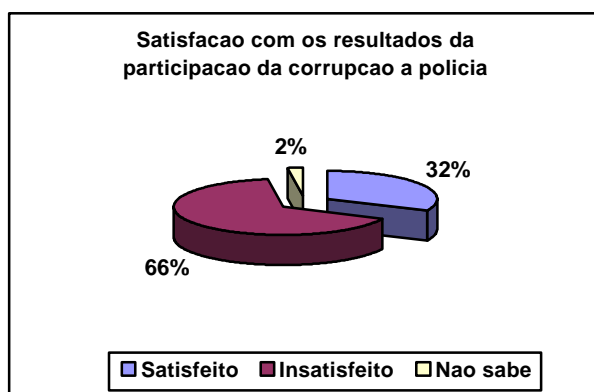
Entre os inquiridos que foram alvo de acto de corrupção, houve uma grande diversidade de respostas sobre o tipo de funcionário público ou governamental que estava envolvido nesse acto. Contudo, as respostas mais destacadas foram as que apontaram o agente da polícia, o professor e o médico/enfermeiro (com 24,6%, 20,9% e 17% de inquiridos, respectivamente).



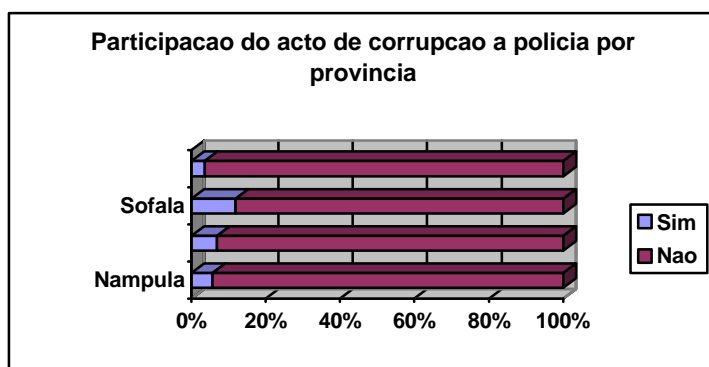
A

grande maioria dos inquiridos não participou o acto de corrupção de que foi vítima, nem à polícia (93,6%) e nem à uma outra instituição (97,9%).

Uma análise a nível provincial sobre o tipo de funcionário envolvido no acto de corrupção destaca, para todas as províncias, os mesmos tipos de funcionários referidos no contexto geral, embora não com a mesma sequência. A província de Nampula, onde o lugar do “médico/enfermeiro” é ocupado por “outro funcionário do governo”, constitui uma



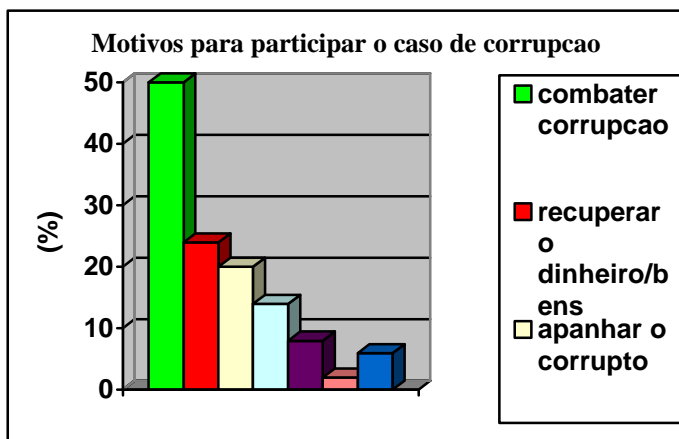
excepção.



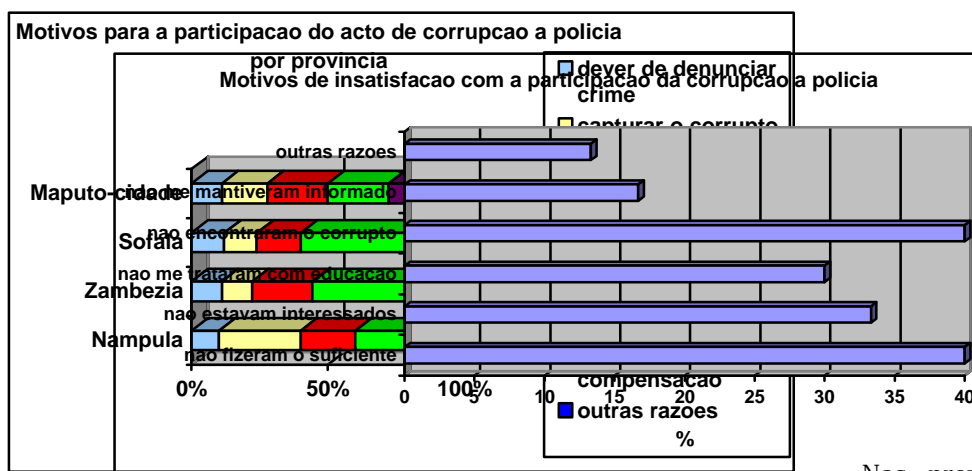
Tal como se observou no

contexto geral, também ao nível das províncias foram muito poucos os inquiridos que participaram o acto de corrupção de que foram vítimas à polícia ou à uma outra instituição.

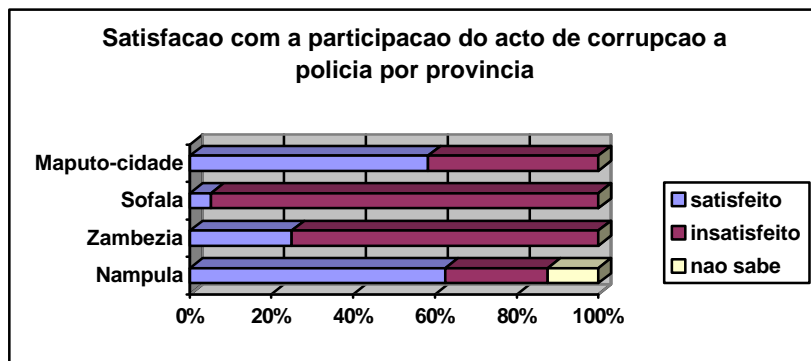
Porém, é de salientar que em Sofala a percentagem dos que participaram o caso à polícia (12%) é relativamente superior que a das outras províncias.



Dos poucos inquiridos (6,4%) que participaram o acto de corrupção de que foram vítimas à polícia, fizeram-no principalmente pelo facto de (i) acharem que a corrupção deve ser combatida (50%); (ii) considerarem que deviam recuperar o dinheiro ou os bens (24%); (iii) pretenderem que o corrupto fosse capturado (20%); e (iv) considerarem que o crime deve ser participado (14%). Porém, a maioria deles (66%) não ficou satisfeita com a forma como a polícia lidou com a situação, principalmente pelo facto de ela (i) não ter feito o suficiente (40%) e não ter encontrado o corrupto (40%); (ii) não ter revelado interesse (33,3%); e (iii) não ter tratado o ofendido com educação (30%).

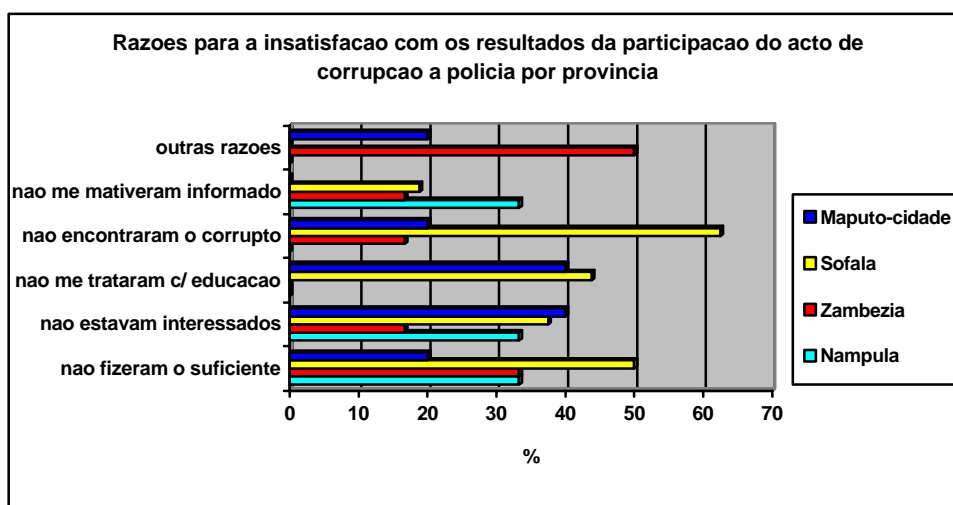


Nas provincias, os principais motivos para a participação do acto de corrupção à polícia são os mesmos observados no contexto geral (combate à corrupção, recuperação do dinheiro ou bens, captura do corrupto e dever de denunciar crime). Note-se, porém, que o combate à corrupção é muito saliente em Sofala e Zambézia.

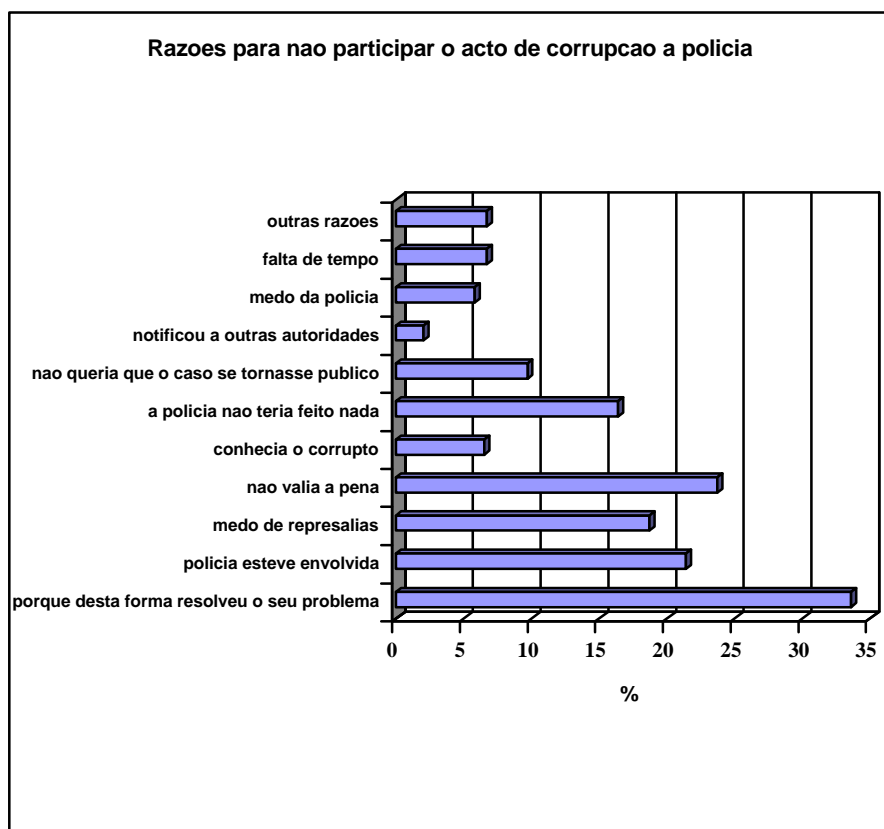


Quanto ao grau de satisfação com os resultados da participação do acto de corrupção à polícia por província, nota-se uma tendência diferente entre as províncias. O grau de satisfação é elevado na província de Nampula (62,5%) e na cidade Maputo (58,3%). A insatisfação é maior na província da Zambézia (75%) e muito maior na de Sofala (94,7%).

As razões para a insatisfação com os resultados da participação do acto de corrupção à polícia são diversificadas por província. Na província de Nampula foram referidas três, com igual peso: o facto de a polícia (i) não ter feito o suficiente (33,3%), (ii) não ter estado interessado (33,3%) e (iii) não ter mantido informado o ofendido (33,3%). Na Zambézia, a razão para a insatisfação, com relativo destaque, foi o facto de a polícia não ter feito o suficiente (33,3%). Em Sofala, a insatisfação deve-se, principalmente, ao facto de a polícia não ter encontrado o corrupto (62,5%), não obstante a existência de outras razões com pesos relativamente consideráveis (a polícia por não ter feito suficiente - 50%, não ter tratado o ofendido com educação - 43,8% e não ter estado interessado - 37,5%). Na cidade de Maputo, as razões para a insatisfação mais significativas são as relacionadas com o facto de a polícia



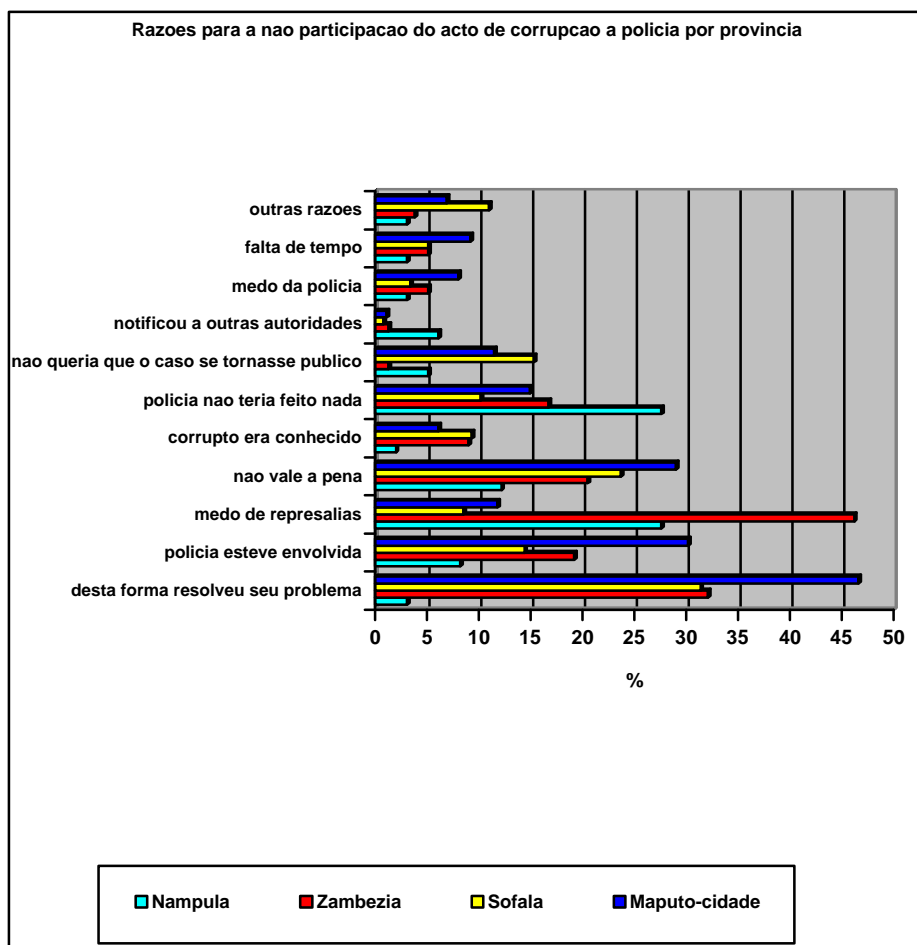
não ter estado interessada (40%) e não ter tratado o ofendido com educação (40%).



Os

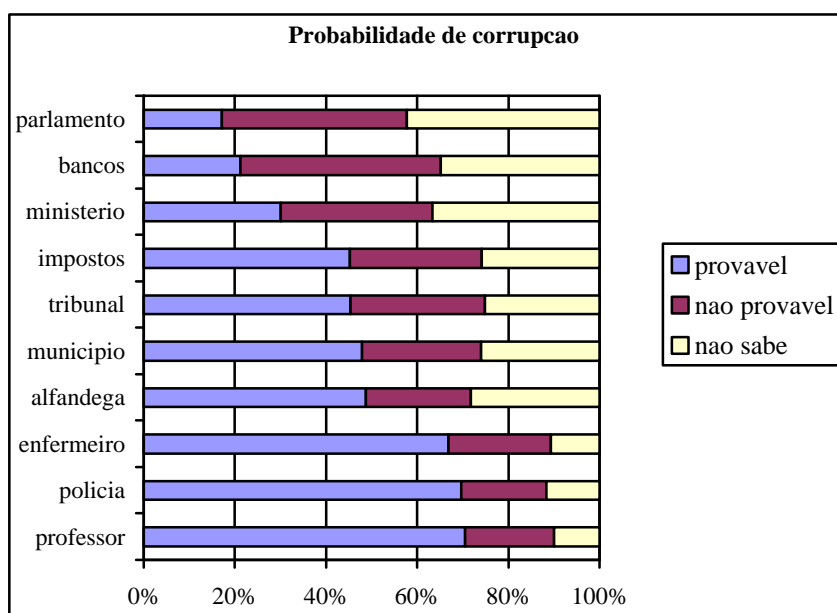
inquiridos que não participaram à polícia o acto de corrupção de que foram vítimas evocaram várias razões, sendo de destacar, pela ordem do seu peso, as seguintes: (i) porque desta forma as vítimas resolveram o seu problema (33,6%); (ii) porque não valeria a pena participar à polícia (23,7%); (iii) porque a polícia esteve envolvida (21,4%); (iv) por medo de represálias (18,4%); e (v) porque a polícia não teria feito nada (16,4%).

As principais razões para a não participação do acto de corrupção à polícia, nas províncias, são as mesmas destacadas no contexto geral, alterando-se, contudo, a sua ordem de importância em algumas províncias. Na província de Nampula, podem ser apontadas três razões com algum peso significativo: o medo de represálias (27,6%), a opinião de que a polícia não teria feito nada (27,6%) e que não valeria a pena participar o caso (12,2%). O medo de represálias é também a razão mais saliente na província da Zambézia (46,2%), seguindo-se o facto de as pessoas resolverem o seu problema pessoalmente (32,1%), ou de acharem que não valeria a pena participar o incidente (20,5%) ou de considerarem que a polícia esteve envolvida (19,2%). Em Sofala, as pessoas não participaram o acto de corrupção de que foram vítimas à polícia por considerarem, em primeiro lugar, que desta forma resolveram o seu problema (31,4%), ou por acharem que não valeria a pena participar (23,7%), ou por não quererem que o incidente se tornasse público (15,3%), ou ainda por considerarem que a polícia esteve envolvida no incidente (14,4%). A principal razão de participação do acto de corrupção à polícia, na cidade de Maputo, é também o facto de as pessoas considerarem que desta forma resolveram o seu problema (46,6%). Outras razões,



com algum peso significativo, são as que se relacionam com a opinião de que a polícia esteve envolvida (30,2%), ou que não valeria a pena participar o incidente (29%), ou ainda que a polícia não teria feito nada (14,9%).

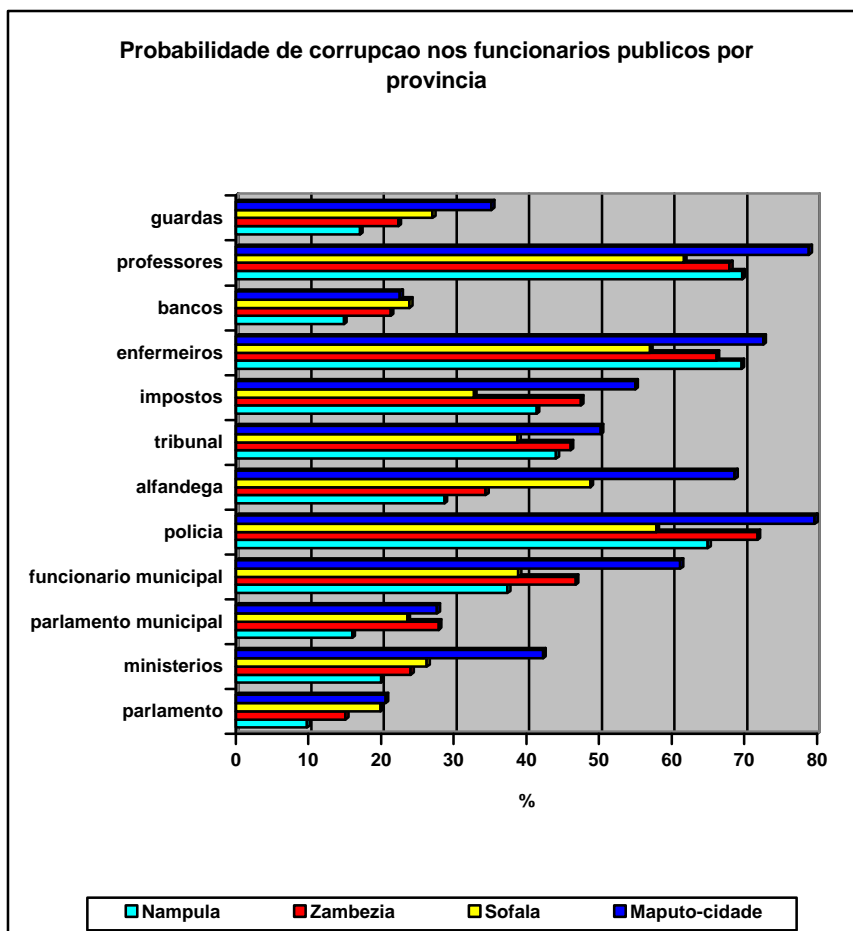
De acordo com a opinião dos inquiridos, a probabilidade de corrupção dos funcionários públicos varia em função do tipo de funcionário. A probabilidade de corrupção é



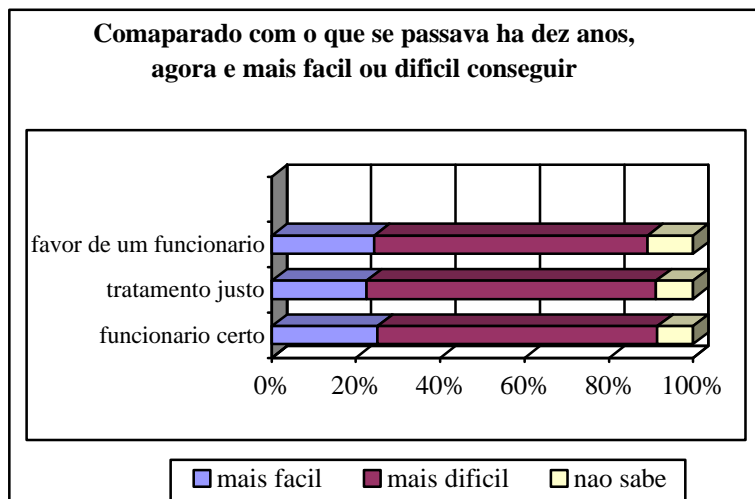
maior nos professores, na polícia e nos enfermeiros, onde a percentagem dos inquiridos é,

para cada caso, superior a 50% (70,6%, 69,6% e 66,9%, respectivamente). Outros funcionários que se seguem na probabilidade de corrupção são os das Alfândegas (48,8%), Municípios (47,9%), Tribunais (45,3%) e dos Impostos (45,2%).

Nas províncias, a tendência de opinião dos inquiridos sobre a probabilidade de

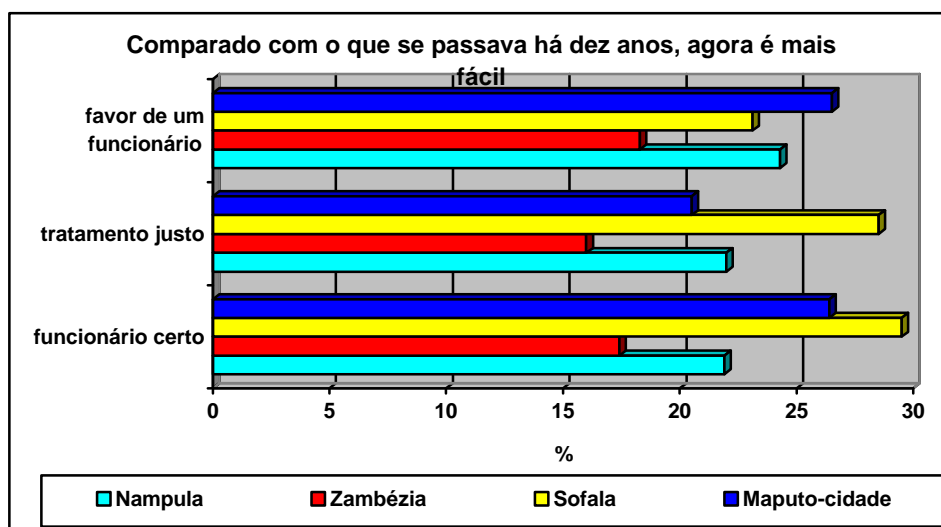


corrupção entre os funcionários públicos é a mesma que prevalece no contexto geral. Contudo, é de salientar que na cidade de Maputo nota-se uma opinião relativamente mais crítica no que se refere à situação de corrupção entre os funcionários municipais, das alfândegas, dos Tribunais e dos Impostos. A percentagem dos inquiridos que admitiram a probabilidade de corrupção nestes funcionários ultrapassa os 50%.



Em relação ao que se passava há dez anos, a maioria dos inquiridos achou que agora é mais difícil conseguir que o funcionário certo trate do seu problema (66,5%), conseguir um tratamento justo (68,7%) e que um dado funcionário lhe faça um favor (64,8%).

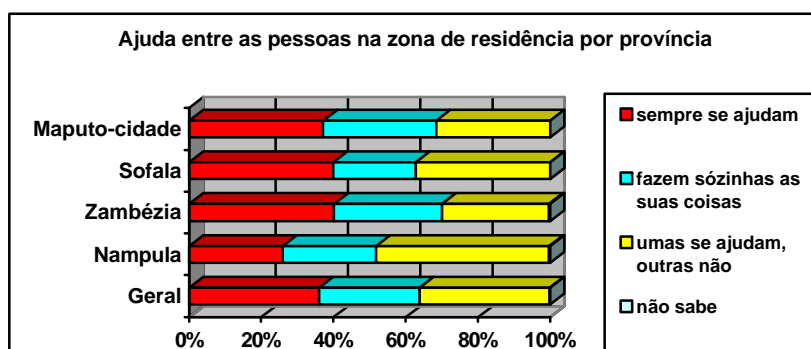
Também, em cada uma das províncias a maioria dos inquiridos achou que, relativamente ao que se passava há dez anos, agora é mais difícil conseguir que o funcionário certo trate do seu problema, um tratamento justo ou que um dado funcionário lhe faça um



favor. O grau de confiança nos funcionários públicos é relativamente menor em todas as províncias, mas em particular na província da Zambézia.

Crime na sua zona

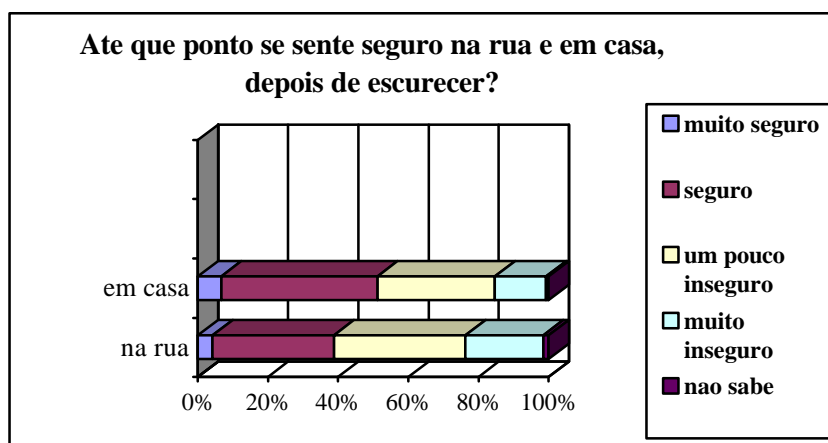
Sobre se as pessoas se ajudam ou não na zona de residência, não há, no contexto geral, uma opinião marcante. Contudo, podem ser destacados dois grupos de inquiridos com



opiniões diferentes: uns que acharam que as pessoas sempre se ajudavam (36%) e outros que declararam que algumas pessoas se ajudavam e outras não (36%). Também existe uma percentagem significativa dos inquiridos que acharam que as pessoas faziam sozinhas as suas coisas (27,8%).

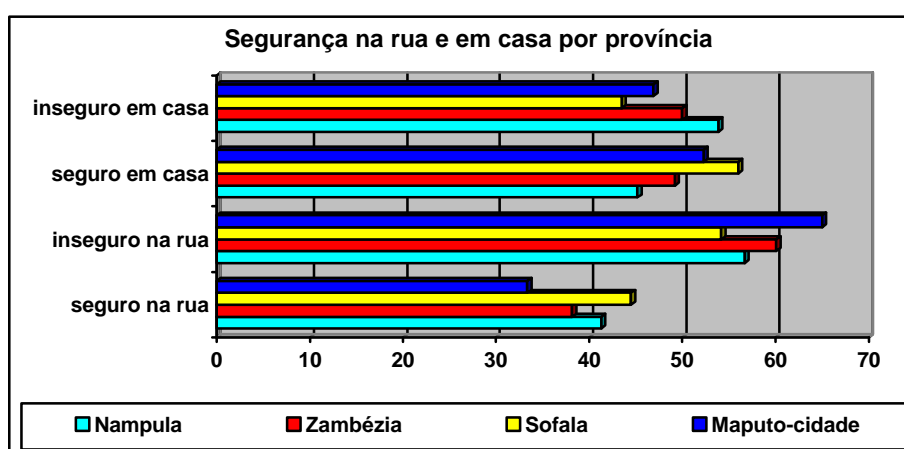
Ao nível de cada uma das províncias, também não se verifica uma opinião bem marcante. Contudo, pode-se dizer que, na província de Nampula, uma percentagem considerável de inquiridos (47,9%) é daqueles que acharam que na zona de residência algumas pessoas se ajudavam e outras não. Nas províncias de Zambézia, Sofala e na cidade de Maputo, as percentagens relativamente significativas são de inquiridos que consideraram que as pessoas sempre se ajudavam na zona de residência.

Quanto à segurança na rua, a opinião predominante é a dos inquiridos que acharam que a rua é insegura (59,7%), embora haja uma percentagem significativa dos que a



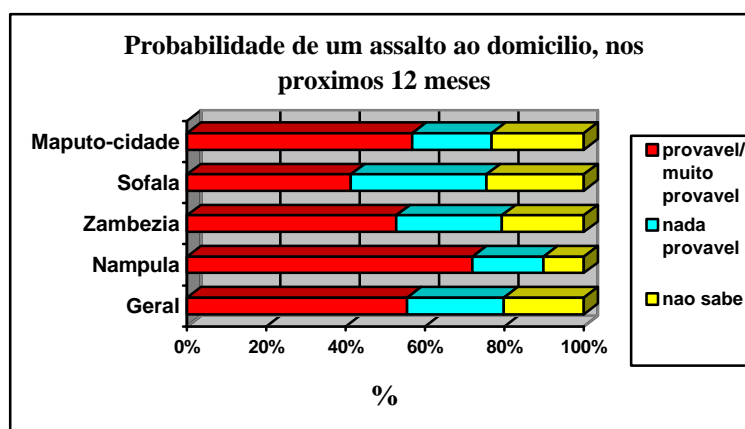
consideram segura (38,8%). No que respeita à segurança em casa, não há uma opinião bem marcante. Os inquiridos dividem-se entre aqueles que consideraram sentir-se seguro em casa (51,2%) e os que afirmaram o contrário (48,1%), apesar de uma ligeira vantagem para os primeiros.

Também, em todas as províncias, a opinião dos inquiridos é de que a rua é insegura,

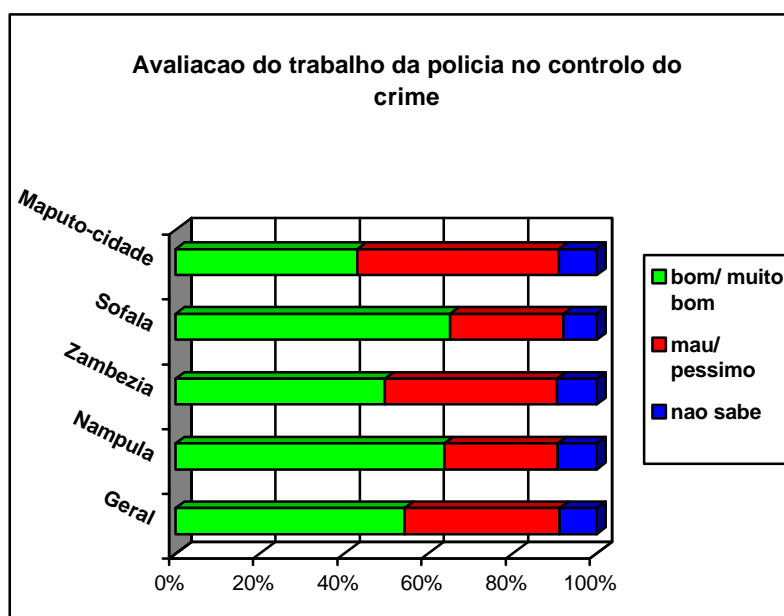


depois de escurecer, destacando-se a cidade de Maputo. Quanto à segurança em casa, a tendência provincial não se distancia da geral. Contudo, é de salientar que, em Nampula, uma ligeira maioria de inquiridos (53.9%) considerou que se sentia insegura em casa. Na

Zambézia, os inquiridos se dividem, em dois grupos aproximadamente iguais, entre aqueles que declararam sentir-se inseguros em casa (50%) e os que afirmaram o contrário (49,2%).

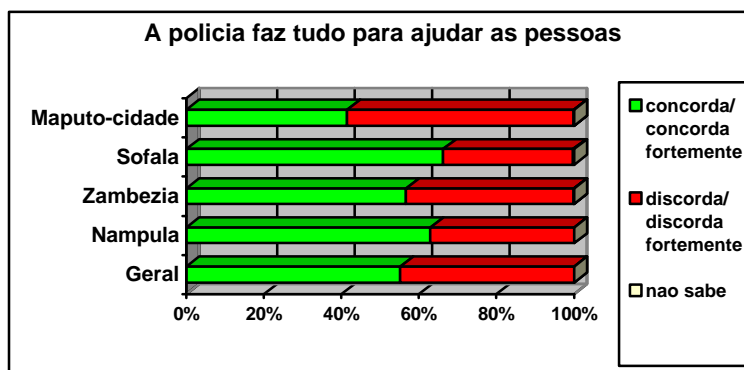


No geral, uma grande parte dos inquiridos (55,4%) achou que existia uma probabilidade de sofrer assalto ao domicílio, nos próximos 12 meses. No entanto, há uma percentagem significativa de inquiridos que consideraram que não era provável que houvesse assalto (24,3%) ou que não tiveram nenhuma opinião (20,2%). Ao nível das províncias, a tendência geral se repete. Uma exceção faz a província de Sofala, onde a percentagem dos inquiridos que admitiram a probabilidade de assalto ao domicílio está em torno de apenas 40%.

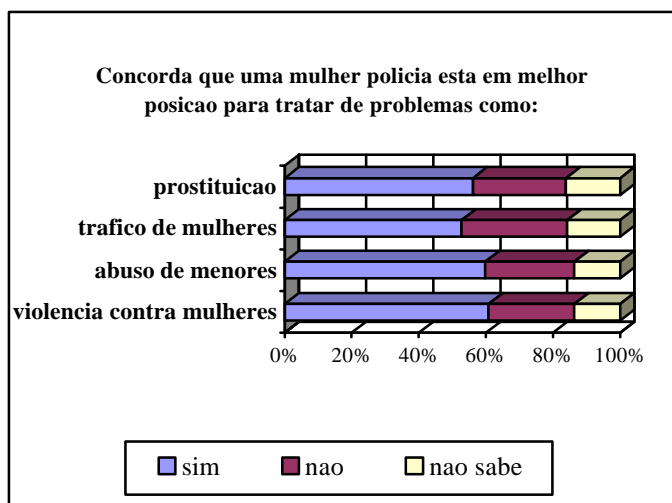


Sobre o trabalho da polícia no controlo do crime na zona de residência dos inquiridos, predomina a opinião de que o trabalho é bom ou muito bom (54,4%). A opinião contrária é representada por 36,8% dos inquiridos. Esta tendência geral é igualmente observável ao nível das províncias, com exceção da cidade de Maputo, onde a maior proporção de inquiridos (48%) considerou que o trabalho da polícia no controlo do crime era mau ou péssimo. Na província da Zambézia, parece haver um equilíbrio entre os inquiridos que consideraram o

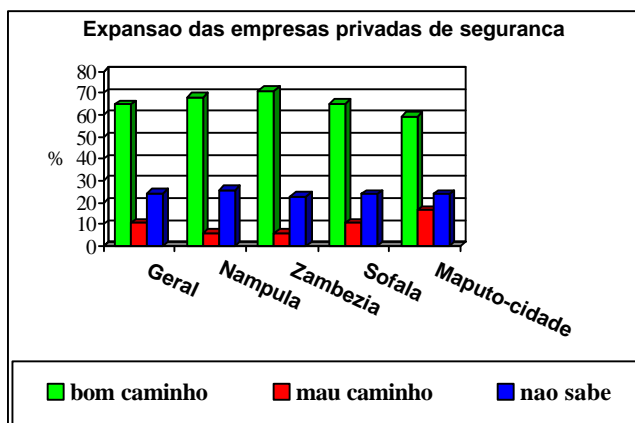
trabalho da polícia no controlo do crime como bom ou muito bom e os que acharam que este trabalho era mau ou péssimo, apesar de uma ligeira vantagem para o primeiro.



Também, mais de metade de inquiridos (55,2%) concordaram com a ideia de que a polícia faz tudo para ajudar as pessoas, não obstante haver uma percentagem considerável dos que discordam (44,8%). Mais uma vez, a cidade de Maputo, onde 58,4% dos inquiridos discordam da opinião de que a polícia faz tudo o que pode para ajudar as pessoas, é uma excepção.

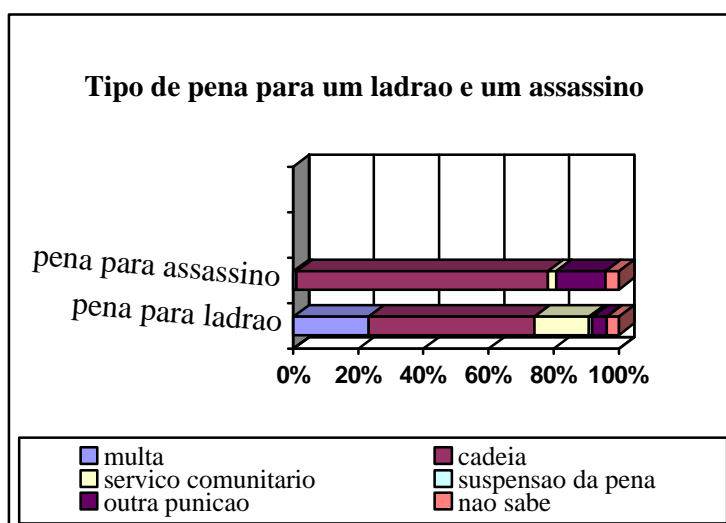
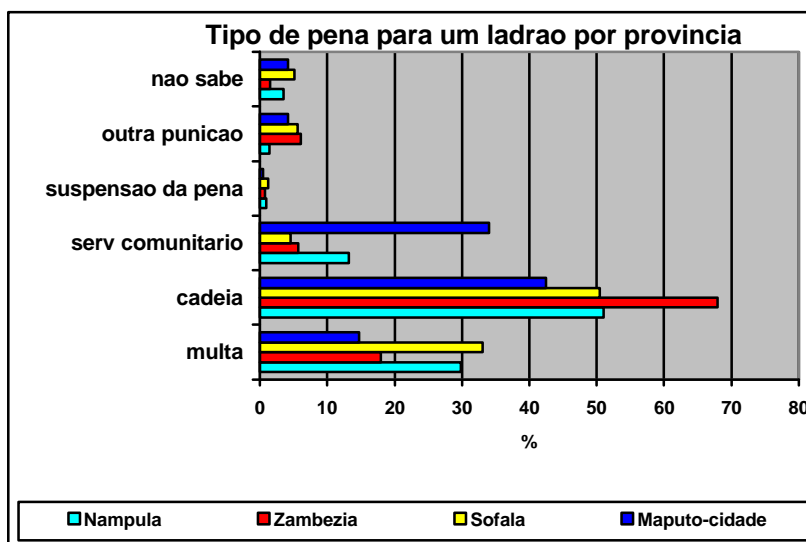


Na sua maioria, os inquiridos concordaram com a ideia de que uma mulher na polícia está em melhor posição para tratar de problemas como violência contra mulheres/violência doméstica (60,7% dos inquiridos), abuso a menores (59,8%), tráfico de mulheres e crianças (52,7%) e prostituição (56,1%). Note-se, contudo, que a percentagem dos que discordaram é relativamente



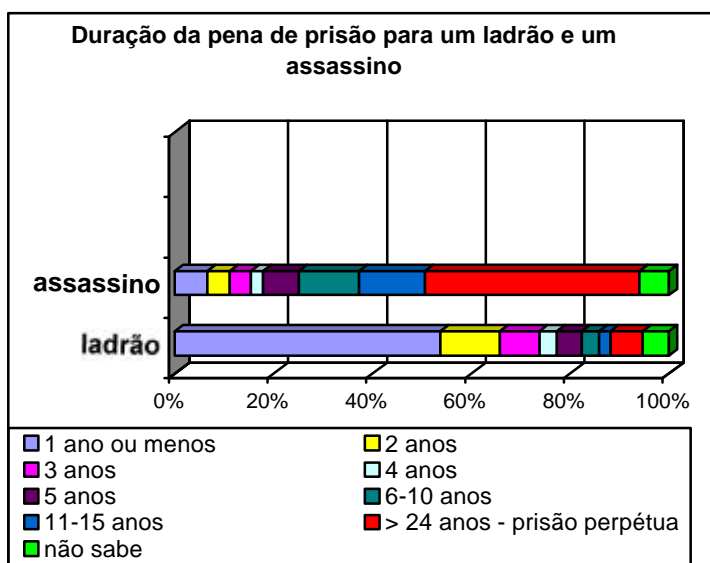
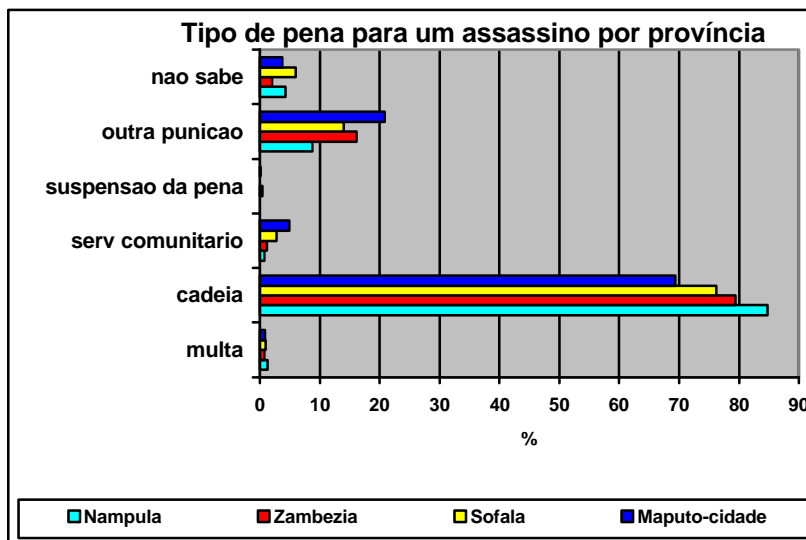
significativa (25,4%, 26,5%, 31,4% e 27,8%, para cada caso, respectivamente). Também, ao nível das províncias prevalece esta tendência.

Em relação ao trabalho das empresas privadas de segurança, a opinião maioritária dos inquiridos é de que elas fazem um trabalho bom ou muito bom (66,3%). Contudo, é de salientar que a percentagem de inquiridos que não souberam responder é muito significativa (25,4%). De igual modo, a maioria dos inquiridos (65%) achou que estas empresas constituem um bom caminho no combate à criminalidade. Esta opinião também prevalece ao nível das províncias, com destaque para Zambézia e Nampula.

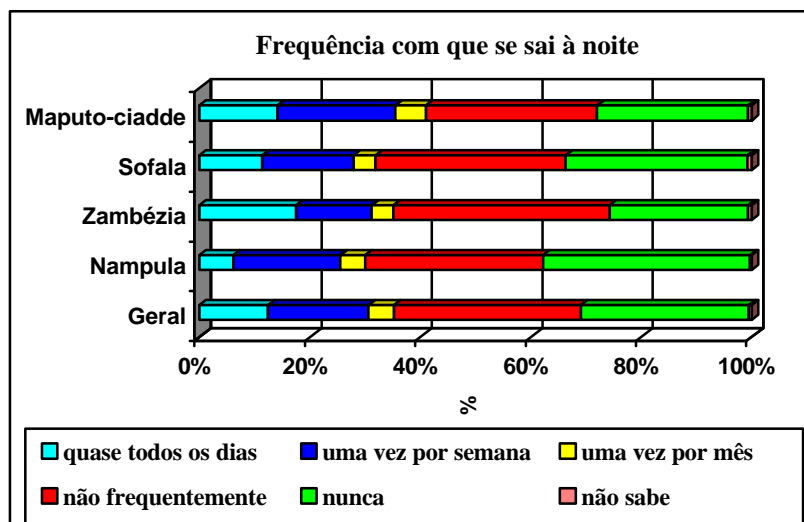


No que se refere ao tipo de pena que um ladrão deveria apanhar, muitos inquiridos (51%) defenderam a cadeia. Mas também há uns dois grupos de inquiridos, relativamente significativos, que acharam que a multa (23,2%) e o serviço comunitário (16,8%) seriam as melhores penas. Em relação ao tipo de pena para um assassino, a maioria (76,8%) considerou, igualmente, a cadeia. No entanto, uns 15,3% de inquiridos fizeram menção de outros tipos de penas, em que a maior frequência (80%) foi para a pena de morte. Nas províncias mantém-se a tendência geral. Contudo, é de salientar que entre os inquiridos que defendem a pena de cadeia para um ladrão se destacam os da Zambézia; para o caso de multa, o destaque vai para Sofala, enquanto o serviço comunitário é mais defendido pelos inquiridos da cidade de Maputo. Para o assassino, a cadeia é também a pena defendida pela maioria dos inquiridos em todas as províncias.

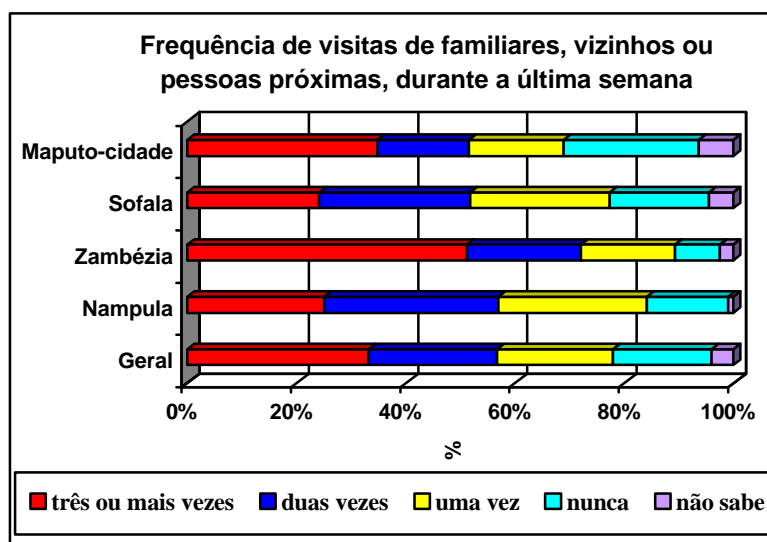
Porém, é de notar que existe, também, uma proporção significativa de inquiridos que são por um outro tipo de punição, em que a cidade de Maputo se apresenta mais saliente. Recorde-se que a pena de morte é outro tipo de punição mais referido pelos inquiridos.



Sobre a duração da pena de prisão para um ladrão, 53,7% dos inquiridos foram da opinião de que este deveria permanecer na cadeia durante um período de um ano ou menos. Outros inquiridos, em percentagens relativamente significativas, acharam que a prisão deveria durar 2 (12%) ou 3 anos (7,9%). Para o caso de um assassino, a opinião de uma parte muito considerável de inquiridos (43,4%) foi de que a sua pena deveria durar mais de 24 anos ou uma prisão perpétua. Porém, outros grupos de inquiridos, também relevantes, defenderam que um assassino mereceria uma pena de prisão de 11 a 15 anos (13,4%) ou de 6 a 10 anos (12,2%). Ao nível das províncias, a tendência de opinião sobre a duração da pena de prisão tanto para um ladrão quanto para um assassino é a mesma do contexto geral.

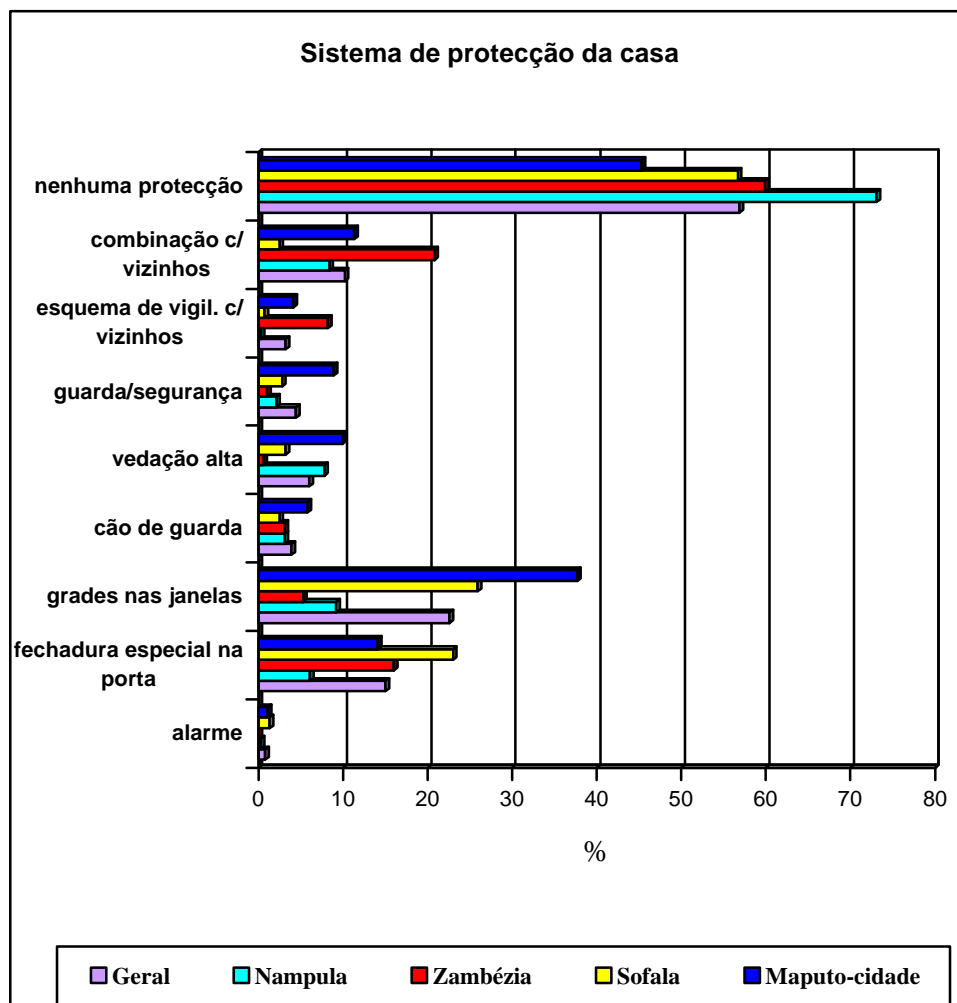


No que respeita à frequência de saídas à noite dos inquiridos, para visitas ou lazer, não se verifica uma resposta bem marcante. Contudo, salientam-se dois grupos de inquiridos, em proporções quase equilibradas, que afirmaram que saíam à noite não frequentemente (33,6%) ou nunca (30,5%). Outros dois grupos, também com alguma relevância, são de inquiridos que declararam que saíam à noite uma vez por semana (18,3%) ou quase todos os dias (12,4%). Esta tendência prevalece em todas as províncias.

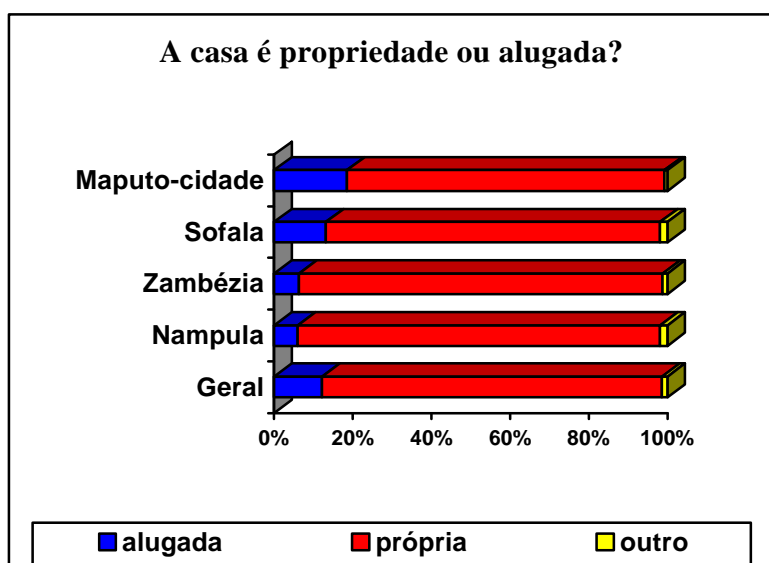
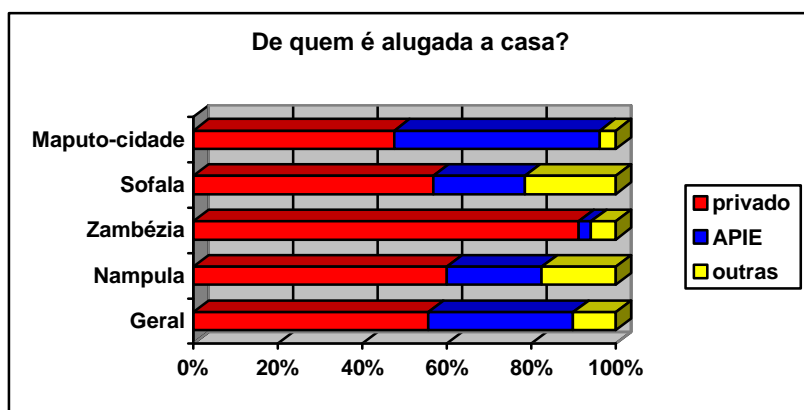


Em relação à frequência de visitas de familiares, vizinhos ou de pessoas próximas, recebidas durante a última semana, não há, entre os inquiridos, uma resposta muito acentuada. Uns, em proporção relativamente maior (33,1%), afirmaram que durante a última semana, tinham sido visitados por familiares, vizinhos ou pessoas próximas três ou mais vezes. Outros admitiram que tinham sido visitados duas vezes (23,5%), uma vez (21,5%) ou nunca (18%). Esta tendência geral é observável na província da Zambézia e na cidade de Maputo, sendo de destacar a maior frequência de visitas na Zambézia. Nas províncias de Nampula e Sofala, os

inquiridos se distribuem, em proporções quase equilibradas, entre os que afirmaram que foram visitados três ou mais vezes, duas vezes ou uma vez.

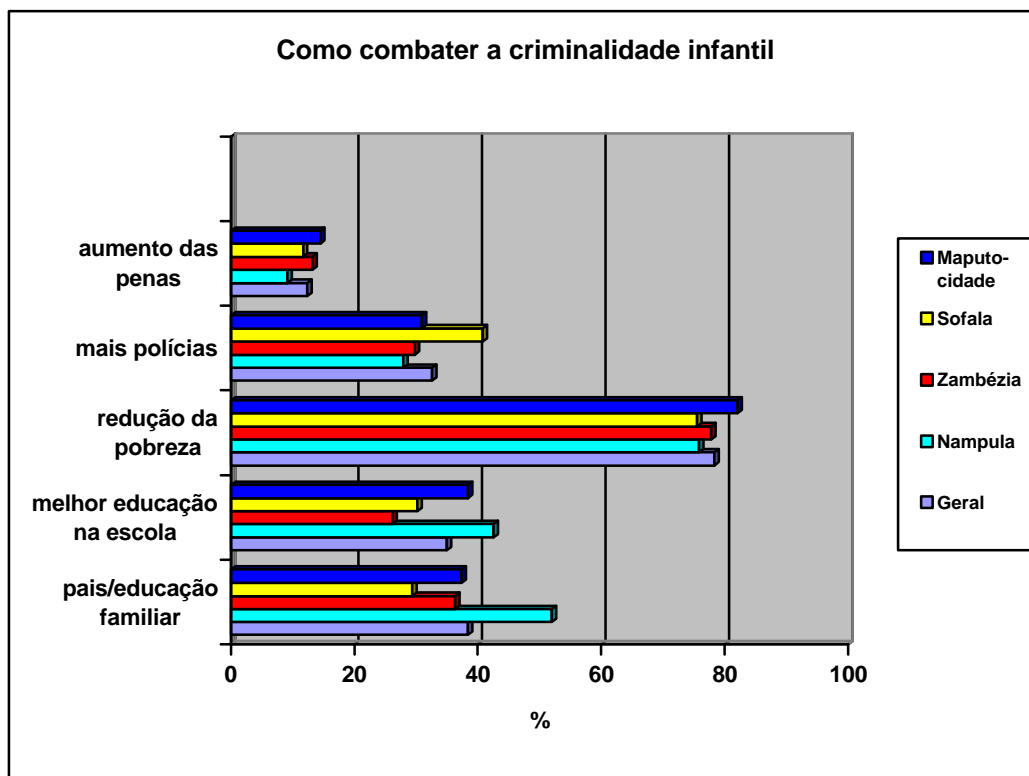


Quanto ao sistema de protecção da casa dos inquiridos, uma grande parte destes (56,9%) declarou que a sua casa não tinha nenhum sistema de protecção. Note-se, contudo, que houve dois outros grupos de inquiridos, relativamente significativos, que afirmaram que a sua casa tinha uma protecção de grades nas janelas (22,6%) ou uma fechadura especial na porta (15%). Os restantes inquiridos se repartem, em proporções não relevantes, pelas outras formas de protecção. Nas províncias, a maioria dos inquiridos também declarou que não dispunha de nenhum sistema de protecção na sua casa, com destaque para a província de Nampula. A província de Sofala e a cidade de Maputo apresentam a tendência geral, em que as grades nas janelas ou uma fechadura especial na porta constituem as formas de protecção mais expressivas. Na província da Zambézia, o sistema de protecção mais expressivo consiste na combinação amigável com os vizinhos para olharem pelas casas dos outros.



Sobre se a casa é propriedade dos inquiridos ou alugada, a maioria (86,4%) declarou que era própria. Contudo, é de salientar que há uma percentagem não desprezível de inquiridos (12,2%) que afirmaram que a casa era alugada. Na maioria destes últimos inquiridos (55,6%), a casa alugada é de privados, não obstante a existência de números significativos de inquiridos que a alugaram da APIE (34,3%) ou de outras entidades (10,1%). Nas províncias prevalece a afirmação de que a casa é própria, com destaque para as províncias de Nampula e Zambézia. As casas alugadas, nas províncias, também são maioritariamente de privados, com excepção da cidade de Maputo em que se regista uma ligeira vantagem para a APIE.

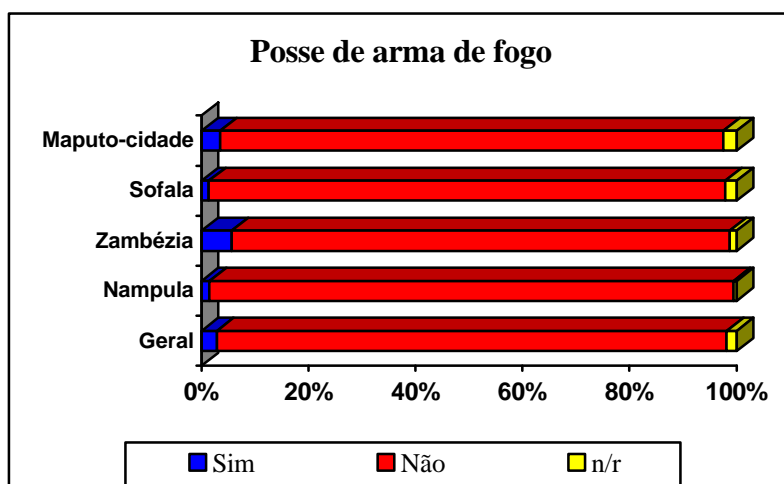
A opinião dos inquiridos, quanto à forma mais eficaz de combater a criminalidade infantil, é diversificada. A opinião dos inquiridos que teve o maior peso (78,3%) é a que considerou que o combate à criminalidade infantil passava necessariamente pela redução da pobreza e aumento de níveis de emprego. Uma segunda opinião, representada por 38,4% dos inquiridos, defendeu uma melhoria na disciplina por parte dos pais e na educação, particularmente na educação familiar, no sentido do maior respeito pela lei. Outras duas opiniões, mais ou menos equilibradas, são por um clima de mais disciplina e melhor educação nas escolas (35%) e um melhor policiamento (32,6%), traduzido no aumento do número de polícias.. Uma



últi

ma opinião, não desprezível (12,4%), defende o aumento das penas.

Nas províncias, a opinião com maior peso, sobre como combater a criminalidade infantil, é a mesma observada no contexto geral. As outras sugestões também têm expressão em todas as províncias, embora não pela mesma ordem de importância apresentada no contexto geral.

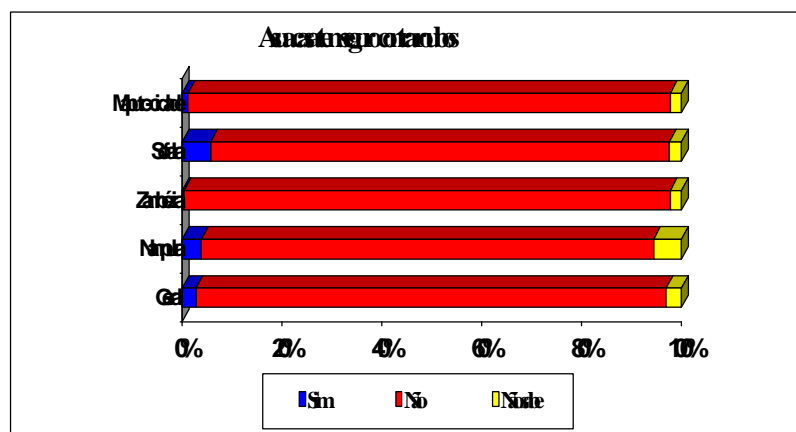


Quanto à posse de

arma de fogo, no geral, a grande maioria de inquiridos (95,3%) declarou que não tinha nenhuma. Apenas uns 2,9% de inquiridos admitiram a posse de arma de fogo. A província da Zambézia é a que apresenta uma percentagem relativamente maior de inquiridos com posse de arma. O tipo de arma mais possuído (em 63,2% dos que admitiram a posse), no geral, é a pistola/revólver. Outros tipos, relativamente significativos, são a espingarda/AKM e a caçadeira (em 15,8% e 13,2% dos inquiridos, respectivamente). As razões para a posse de arma de fogo, no geral, são fundamentalmente três: (i) o facto de ser-se membro das forças

armadas ou da polícia (57,9% dos inquiridos que admitiram a posse); (ii) a protecção (25%); e (iii) a caça (13,2%).

Sobre se os inquiridos usaram arma para se defenderem de um assalto, nos últimos cinco anos, a resposta maioritária foi não (98,9%). Apenas 1,1% dos inquiridos admitiram que sim. De entre estes últimos, 52,4% declararam que mostraram uma arma para desencorajar um assaltante. Outros 47,6% disseram que não. Dos que mostraram uma arma, a maioria (74,1%) não chegou a disparar para se defender. Note-se, porém, que os restantes 25,9% inquiridos deste grupo chegaram a disparar. Esta tendência se repete ao nível das províncias.



Em relação ao seguro da casa contra roubos, no geral, a grande maioria dos inquiridos (94,1%) declarou que não o tinha. Apenas 2,8 % dos inquiridos afirmaram o contrário. O mesmo se observa em todas as províncias, embora a de Sofala apresente uma percentagem ligeiramente maior de inquiridos cuja casa tem seguro contra roubos.

CONCLUSÃO

Após uma leitura atenta aos resultados deste inquérito podemos chegar as seguintes conclusões:

- A maior parte dos inquiridos afirmou ter sido vítima de actos que considera crime, como por exemplo, roubos (viaturas e acessórios, motorizadas, bicicletas) animais, vandalismo em viaturas, corrupção, ofensas sexuais etc.;
- No geral, os crimes foram efectuados por ladrões que actuaram em grupos de dois ou mais elementos e, aconteceram na maior parte dos casos dentro ou perto da casa, com recurso à armas de fogo, particularmente pistola/revólver;
- Grande parte dos crimes foi reportada à polícia com excepção de ofensas sexuais e roubo de animais;
- A maioria das vítimas não ficou satisfeita com a actuação da polícia;
- A recorrência aos serviços de instituições públicas ou privadas e instituições privadas na participação de crimes, tem sido pouco frequente apesar de admitirem úteis os seus serviços;
- Grande parte dos roubos não chegou a ser recuperado pelas vítimas